



Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “**Seccionamento da Linha de Transmissão (LT) 440 kV Bom Jardim -Água Azul na Subestação (SE) Fernão Dias**” de responsabilidade da **Companhia de Transmissão de Energia Elétrica - ISA CTEEP**, Processo IMPACTO 173/2023 (e-ambiente 048204/2023-01).

Realizou-se no dia 20 de março de 2024, às 17 horas, no **Auditório do SEST SENAT- Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte**, na Rua das Juçaras, 110 – **Caetetuba - Atibaia/SP**, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “**Seccionamento da Linha de Transmissão (LT) 440 kV Bom Jardim -Água Azul na Subestação (SE) Fernão Dias**” de responsabilidade da **Companhia de Transmissão de Energia Elétrica - ISA CTEEP**, Processo IMPACTO 173/2023 (e-ambiente 048204/2023-01). Após a abertura dos trabalhos e saudação inicial feita pela Secretária-Executiva do CONSEMA, **Glória Roberta Paffi**, esta informou que ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos o representante do órgão responsável pelo licenciamento, **Fernanda de Camargo Francesquini**, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb. Foi realizada a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o desenvolvimento da audiência pela **Secretária-Executiva** do CONSEMA. Passou-se para a primeira parte da audiência com a exposição realizada pelo empreendedor, **Débora Fiaschi**, gerente de Meio Ambiente e Fundiário e **João Felipe**, engenheiro de Meio Ambiente, ambos da Isa CTEEP, seguidos por **Marlon Rogério Rocha**, geógrafo da JGP – Consultoria e Participações, que efetuaram a apresentação do projeto e do estudo técnico em discussão. Finalizadas as exposições, passou-se ao momento destinado às falas dos oradores inscritos, fase da qual participaram, **Lilian Alves Scholder**, representando a sociedade civil. No segmento Pessoa Física participaram, **Maria Izabel Rabelo Fonseca Steter**, **Geovane Doratiotto**, **Lucas Fries**, **Antônio Takashi**, **Edinéia Prado da Costa**, **Luciana Polidoro**, **Marli Romani**, **Débora Cristiane Silva Vitali**, **Leia Pereira Faria Vieira**, **Gisele Aparecida Polidoro**, **Juliano José Polidoro**, **Adriana Moreto Pires**, **Cleusa Maria da Silva**, **Rosemeire Rodrigues de Lima**, **Marcelo Lacs**, **Francisco Leal**, **Ana Betater**, **Ana Borge** e **Daniel Borges de Atibaia**.

Encerrada a participação dos representantes do Plenário, passou-se à etapa das respostas e comentários, por **Débora Fiaschi**, **João Felipe** e por **Marlon Rogério Rocha**. Seguiram-se os comentários finais, feitos pelo representante da Cetesb, **Fernanda de Camargo Francesquini**. A Secretária-Executiva, **Glória Roberta Paffi**, reiterou as contribuições poderia ser enviadas para o email consema@sp.gov.br no prazo regimental de 05 (cinco) dias úteis após a audiência. Após constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição integral das falas. Eu, **Debora M. Martins Fontes**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Seccionamento da Linha de Transmissão (LT) 440 kV Bom Jardim - Água Azul na Subestação (SE) – 20/03/2024.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito boa tarde a todos, dando início aos trabalhos. Desejo a todos uma excelente reunião. Sou Roberta Paff, estou como secretária executiva do CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente. Em nome da presidente do conselho, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, senhora Natália Rezende, e de todos os conselheiros, e em meu próprio, dou as boas-vindas aos presentes nesta audiência pública. A presente audiência pública trata-se do EIA/RIMA, que é o Estudo de Impacto Ambiental e o seu respectivo relatório referente ao Seccionamento da Linha de Transmissão LT 440 KV Bom Jardim - Água Azul, na subestação Fernão Dias, de responsabilidade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica ISA CTEEP, Processo de Impacto número 173/2023 e ambiente 048/204/2023-01

O objetivo da presente audiência pública representa um momento de diálogo democrático entre a sociedade e o órgão ambiental. Seu propósito visa informar, esclarecer dúvidas e ouvir a opinião pública, permitindo que críticas e sugestões sejam coletadas em relação à proposta em discussão. A presente audiência pública não tem caráter deliberativo de votação ou tomada de decisão final. Seu objetivo principal é informar a sociedade sobre o Estudo de Impacto Ambiental, o EIA, e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, RIMA. A audiência é uma oportunidade para que toda a comunidade conheça detalhes relevantes do projeto e possa expressar suas opiniões.

Minha representatividade como secretária executiva do CONSEMA, nas audiências públicas, é completamente isenta. O exercício da minha função regimental é tão somente conduzir os trabalhos de forma neutra e imparcial, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possa fazê-lo de modo democrático e organizado, em consonância com as normas legais estipuladas.

A composição da mesa aqui comigo, na qual presido, encontra-se a senhora Fernanda do Carmo Freneschini, que é a gerente de Visão de Licenciamento de Obras Hidráulicas e Lineares da CETESB. Boa tarde, Fernanda.

Passamos agora à explanação do rito para a realização de audiências públicas. Por gentileza, pode passar os slides?

A composição da mesa é composta por mim, na sequência a representante da CETESB e até dois conselheiros do CONSEMA.

O órgão, o CONSEMA, é um órgão consultivo, normativo e recursal do sistema ambiental Paulista. Está descrito na Constituição do Estado de São Paulo, em seu artigo 193, as atribuições do CONSEMA: ele visa estabelecer normas relativas à avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente, avaliar políticas públicas ambientais de relevante interesse, apreciar o EIA/RIMA e manifestar-se sobre instituição de UCs, zoneamentos, planos de manejo e conduzir audiências públicas. As audiências públicas estão estabelecidas conforme a legislação da Lei Estadual nº 9.509, de 1997, que trata sobre a política pública do meio ambiente, a Lei Estadual nº 13.507, de 2009, que dispõe sobre o funcionamento do CONSEMA, e a Deliberação Normativa CONSEMA nº 1, de 2011, que rege as regras para convocação e realização de audiências públicas.

O edital de convocação da presente audiência pública foi noticiado no Diário Oficial do Estado e divulgado na mídia pelo empreendedor. A função do secretário executivo do CONSEMA, no caso a secretária, trata-se da função regimental de conduzir o trabalho de forma neutra, garantir a fala dos interessados de modo democrático e

organizado. A definição e o objetivo: o EIA é um evento aberto ao público, onde são apresentados os aspectos ambientais da proposta ou projeto a todos, servindo para dirimir dúvidas e conhecer a opinião da sociedade, recolhendo críticas e sugestões sobre licenciamento ambiental EIA/RIMA, criação, alteração de unidade de conservação, zoneamento ecológico-econômico e outras questões de interesse ambiental. O registro dos trabalhos será feito através de áudio e vídeo e os registros por escrito, contendo a data, hora, local e a fala dos participantes. O desenvolvimento dos trabalhos foi definido pelo CONSEMA em três partes, sendo elas: a primeira é a apresentação dos estudos pelo empreendedor; a segunda, participação dos interessados do plenário; e a terceira, as respostas e comentários. As inscrições para o uso da palavra se encerram 60 minutos após o início da presente audiência pública. As falas ocorrerão no intervalo de tempo e na ordem de inscrição, conforme o segmento de representação, fica vedada a duplicidade de manifestação.

Na primeira parte da apresentação dos estudos, será tratada a exposição da proposta pelo representante do empreendedor, que conterà o prazo de 15 minutos, juntamente com a exposição pela equipe responsável pelo estudo técnico, mas 30 minutos. Na segunda parte, passaremos para a participação do plenário, onde o representante do Ministério Público possui o tempo de 5 minutos para manifestação, entidades da sociedade civil 5 minutos para manifestação, pessoas inscritas de maneira física 3 minutos para apresentação, representantes de órgãos ou entidades públicas 5 minutos, membros de conselhos de Meio Ambiente 5 minutos, parlamentares 5 minutos, representantes do Poder Executivo 5 minutos. A terceira parte versará sobre as respostas e comentários, onde conterà o tempo do empreendedor terá 15 minutos para respostas e mais 15 minutos da equipe responsável pela graduação do estudo técnico. Conselheiros do CONSEMA, se caso estejam presentes no plenário, quiserem compor a mesa, por gentileza, presentes na mesa receptora para poder compor aqui comigo. E demais comentários da CETESB no final da exposição.

Vou chamar agora para apresentação a senhora Débora Fiaschi, que é a gerente de Meio Ambiente e Fundiário da ISA CTEEP. Boa tarde, senhora, Débora.

- Débora Fiaschi, gerente de Meio Ambiente e Fundiário da ISA CTEEP

Boa tarde a todos. Meu nome é Débora Fiaschi, eu sou gerente de Meio Ambiente e Fundiário aqui na ISA CTEEP. Sou bióloga de formação. Eu vou comentar um pouquinho com vocês hoje, quem é a ISA CTEEP, né? O tamanho da ISA CTEEP, os empreendimentos que a gente tem em operação, os Empreendimentos que a gente tem em construção. Mas antes de começar, queria alertar para vocês que tem um folder que está ali na mesa de entrada para que todos possam pegar, inclusive acompanhar. Tem bastante informações detalhadas do processo, do estudo ambiental do empreendimento, os impactos, as medidas mitigadoras, tudo que a gente está propondo, para conhecimento de todos. Então é bem importante se vocês puderem pegar, vai ser bem interessante. Tá bom? Quem não pegou ainda, quiser pegar na saída, fica à vontade.

Então, novamente, é um prazer estar aqui com vocês. Hoje, estamos aqui apenas para apresentar e, principalmente, para ouvi-los, né? Se vocês tiverem alguma dúvida, algum pedido de esclarecimento, estamos aqui inteiramente à disposição. Então, o projeto que eu vou falar é o projeto Fernão Dias. É um projeto que foi autorizado pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Vou contar um pouquinho para vocês, iniciando com quem é o grupo ISA, né? De ISA CTEEP, quem é a ISA e aí eu entro mais a fundo nos detalhes do projeto Fernão Dias, tá bom? Quais são os benefícios, o que a gente pretende trazer com a implantação

desse projeto aqui na região? Bom, a ISA CTEEP é a maior rede de transmissão elétrica de

alta tensão na América Latina. Ela não está presente só no Brasil, mas está presente também em outros países, como Bolívia, Chile, Peru, América Central, e a sede fica na Colômbia. Tá, é uma empresa colombiana.

Quais são os nossos números aqui para que vocês possam conhecer um pouquinho mais? Nós temos 35, atualmente, 35 concessões. Estamos presentes em 18 estados. A ISA CTEEP, ela adquiriu, no último leilão de transmissão, um projeto que compreende o estado do Rio de Janeiro. Então, hoje, a gente pode afirmar que estamos presentes em 18 estados, somos detentores de cerca de 30% da energia do país, 94% da energia do Estado de São Paulo, mais de 1.600 colaboradores, 137 subestações próprias, com 31 mil km de circuito. É interessante colocar aqui também quando a gente fala que a gente tá detentora de 94% de energia do Estado de São Paulo, a ISA CTEEP hoje é uma empresa colombiana privada. Ela é uma empresa oriunda da CESP, Companhia Energética de São Paulo, era uma empresa pública, né? Então, daí é a grande extensão e grande quantidade de linhas de transmissão instaladas no Estado de São Paulo, tá bom?

Aqui, eu trago um pouquinho dos ativos em operação da empresa hoje. Então, a gente tá falando aí de 21.000 km de transmissão em operação, operando são 22 concessões 100% controladas. Essas que a gente traz com a identificação azul, a gente fala que são 100% da CTEEP, e as que estão identificadas como laranja, a gente chama de coligadas, não é 100% da CTEEP, a gente tem parceria com outras empresas, como Furnas, Taesa, outras empresas grandes de transmissão de energia elétrica também.

Aqui, aprofundando um pouquinho mais para que vocês possam conhecer os empreendimentos que a gente tem hoje em operação em construção. Desculpa, então, são sete concessões que nós temos que foram conquistadas nos últimos leilões nos últimos anos e todos esses que a gente traz no mapa aqui para vocês são os empreendimentos que a gente tá em fase de construção ou aguardando a emissão da licença pelo órgão já para iniciar a construção. Então, a gente tá falando aí de várias localidades quando a gente fala fora do Estado de São Paulo, né? Então, esse primeiro que vocês se identificam Serra Dourada, ele tá presente em Minas Gerais, Bahia, Jacarandá é São Paulo. Riacho Grande, São Paulo também com a construção de linha subterrânea um trecho e aérea outro trecho projeto também no Rio Grande do Sul, já tá em fase de construção a subestação, já 100% concluída o projeto Piraquê, é em Minas Gerais e no Espírito Santo, o projeto Itatiaia, no Rio de Janeiro e Minas Gerais e o projeto Água Vermelha, em Minas Gerais, grande parte desses empreendimentos, eles estão sendo licenciados pelo IBAMA, tá, a nível de curiosidade para vocês saberem.

Aqui eu vou falar um pouquinho sobre o projeto Fernão Dias. Mais um detalhe para isso, eu vou chamar o nosso engenheiro responsável, que é o João Felipe.

- João Felipe, engenheiro de Meio Ambiente da ISA CTEEP

Boa tarde, Roberta.

Tudo bem, obrigado. Boa tarde a todos. Obrigado pela presença aqui na audiência pública. Obrigado, Roberta, pela oportunidade. Vou falar rapidamente apenas sobre esse projeto, Fernão Dias, uma visão geral do que pretende ser a linha de transmissão. Eu coordenei esse estudo ambiental, juntamente com a JGP, que é a consultora ambiental contratada para realizar esse diagnóstico ambiental. Na sequência, o pessoal da JGP vai apresentar para vocês o diagnóstico ambiental com mais detalhes.

Então, o número do processo junto à CETESB é 173/2023.

Bom, o projeto Fernão Dias, ele se trata de uma linha de transmissão, e é importante a gente lembrar qual é a importância da linha de transmissão para a nossa sociedade. A gente tem a geração de energia ali no começo, à esquerda, majoritariamente no Brasil. A gente tem fontes renováveis em destaque, as hidrelétricas, que detêm aproximadamente 60-65% da produção de energia do Brasil. E, na sequência, a gente tem as eólicas, as fotovoltaicas e as termoelétricas. Essa energia é produzida e ela precisa ser transportada, transmitida para os grandes centros urbanos, como São Paulo, através das linhas de transmissão. A gente passa para o próximo quadrinho: as linhas de transmissão acabam transmitindo essa energia em alta voltagem até determinadas subestações. E, das subestações, mais próximas das cidades e mais próximas das conexões, também entre linhas de transmissão, a gente tem a distribuição da energia elétrica. Então, A ISA CTEEP trabalha com a transmissão, ela não trabalha com a terceira parte de distribuição, apenas com a segunda, é a transmissão da energia elétrica até as subestações e depois das subestações entram as distribuidoras.

Sobre o projeto Fernão Dias, a gente teve uma primeira etapa que foi o estudo da demanda energética nacional, a gente teve um relatório R1, conduzido pela empresa energética brasileira, em 2018, e lá já em 2018, a gente teve a conclusão de que as linhas da região vizinha à subestação Fernão Dias, elas operam já em 2018 em condições de sobrecarga, e a gente sabe quando a gente tem condições de sobrecarga, o sistema inteiro fica em risco. Na segunda parte, a ANEEL fez a avaliação de viabilidade de uma linha de transmissão chamada Fernão Dias-Cabreúva, colocou em leilão por três oportunidades e nessas três oportunidades não apareceu nenhum proponente para fazer a obra dessa linha de transmissão para fazer o escoamento do fluxo de potência pelo sistema de 440 KV proveniente dessa transformação de 500 para 440Kv da Fernão Dias. Como não teve nenhum proponente, ocorreu pela falta de proponentes, a gente teve a concessão para fazer essa linha de transmissão, que é um seccionamento que sai da linha de transmissão Bom Jardim-Água Azul e entra em direção à subestação Fernão Dias. Os benefícios do projeto, então, a gente destaca o reforço do Sistema Interligado Nacional. O Sistema Interligado Nacional é um sistema muito robusto, presente no Brasil inteiro, onde se a gente tem uma falta de energia em determinada região, como o sistema é interligado nacionalmente, o operador do sistema consegue distribuir a energia de maneira com que evite a falta de energia nos grandes centros, onde a gente tem a maior demanda de energia. Então, a gente tem um reforço com essa linha de transmissão no Sistema Interligado Nacional. E temos também o suprimento energético. Considerando que atualmente o risco de exposição à falta de energia aumenta numa razão de 40.000 habitantes por ano, temos como exemplo, nas últimas semanas, a falta de energia, a queda de energia e os apagões na cidade de São Paulo. E a gente também entra como agenda sustentável, permitindo o escoamento da energia renovável da região que é produzida essa energia através de hidrelétricas, principalmente.

E, também temos o desenvolvimento local e regional. Com a maior estabilidade de transmissão, aumenta a capilaridade do sistema no desenvolvimento local e regional. Depois, a JGP vai falar para vocês dos impactos socioambientais. Obrigado, e entre eles está a geração de empregos, né? Então, como características gerais da linha Fernão Dias, ela tem uma extensão de 33 km. A tensão dessa linha de transmissão é de 440 kV. O número estimado de torres é de 75 estruturas, e a largura da faixa de servidão é de 60 m. A faixa de servidão, mais para frente, a JGP vai explicar para vocês do que se trata e o que a gente pode fazer e não pode fazer na faixa de servidão.

Então, nesse momento, eu vou passar para JGP, que vai apresentar para vocês o diagnóstico socioambiental feito para esse estudo. Na pessoa do Marlon.

Obrigado, Roberta.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Chamo aqui o Marlon Rogério Rocha, geógrafo da JGP Consultoria Participações. Boa tarde, Marlon.

- Marlon Rogério Rocha, geógrafo e coordenador da JGP

Boa tarde, Roberta. Boa tarde a todos. Meu nome é Marlon Rocha, sou geógrafo e coordenador de projetos na JGP Consultoria e Participações Ltda., a empresa de consultoria contratada pela ISA CTEEP para desenvolver os estudos socioambientais desse empreendimento. O empreendimento que nós estamos tratando aqui hoje é um seccionamento de uma linha de transmissão existente, que objetiva, como o engenheiro João mencionou anteriormente, fazer um reforço importante para o sistema de transmissão aqui no Estado de São Paulo e contribuir também com o Sistema Interligado Nacional. Então, na prática, é um empreendimento que secciona, interrompe e faz uma ligação de uma linha existente até uma subestação. Esse é o empreendimento que está sendo discutido hoje e que foi objeto do estudo de impacto ambiental.

É o chamado projeto Fernão Dias, mas oficialmente, o nome junto à CETESB, para fins de licenciamento, é o Seccionamento da Linha de Transmissão de 440 kV Bom Jardim-Água Azul. Essa é a linha existente, e na subestação Fernão Dias, vamos interligá-la com esse empreendimento. Nós estamos na fase inicial da avaliação da viabilidade desse empreendimento. Um empreendimento no setor elétrico passa necessariamente por algumas fases, como por exemplo, um leilão, já que é uma concessão de um serviço público à iniciativa privada. A vencedora desse leilão foi a ISA CTEEP, que passou então a dar início a outros estudos técnicos e aos estudos socioambientais para poder chegar ao momento de construir e, lá na frente, operar o empreendimento. Esse empreendimento foi avaliado por um estudo de impacto ambiental, pois em algum momento antes dessa audiência pública, ele foi considerado um empreendimento que pode causar impactos ambientais e sociais significativos. Segundo a legislação ambiental brasileira, para empreendimento desse tipo, como é uma linha de transmissão ou seccionamento com uma tensão da ordem de 440 kV, isso é necessário.

Tem que ser licenciado. A tomada de decisão quanto à implantação ou não desse empreendimento deve ser avaliada por estudos técnicos prévios. O instrumento para fazer isso, para o empreendimento que pode gerar impactos ambientais significativos, é o Estudo de Impacto Ambiental. Para se chegar até o momento da operação do empreendimento, que é o objetivo final, nós temos que passar por um rito, por um processo de avaliação técnica também previsto na legislação brasileira, que é o licenciamento ambiental. É um processo administrativo, e o órgão licenciador, pela localização, porte e características do empreendimento, é o órgão estadual CETESB, que vai emitir licenças ambientais específicas que vão definir e atestar a viabilidade ambiental do empreendimento. A fase da Licença Prévia é a fase em que estamos. Agora estamos elaborando o EIA/RIMA. Estamos apresentando o projeto para a sociedade por meio da audiência pública. E se o empreendimento for considerado viável, avança-se para a fase seguinte, que é a fase de instalação. Quando uma nova licença será emitida, a Licença de Instalação. Essa licença é a que vai autorizar o início das obras, e ela só será emitida se o empreendimento for considerado viável.

do ponto de vista ambiental, o que demanda a análise técnica da equipe da CETESB, considerando também as contribuições da sociedade por meio da audiência pública. E lá na frente, uma vez cumpridos todos os requisitos ambientais durante a fase de construção, são desenvolvidas as medidas de Controle Ambiental, as medidas preventivas, para prevenção, mitigação e controle dos impactos ambientais que foram previstos durante as obras. O empreendedor conseguirá a última licença, que é a Licença de Operação, que vai autorizar a operação e funcionamento da linha de transmissão.

Um Estudo de Impacto Ambiental passa necessariamente por aquela avaliação de três grandes conjuntos de informações e aspectos técnicos. São eles: o empreendimento, o diagnóstico ambiental e a avaliação ambiental. O empreendimento precisa ser caracterizado dentro do Estudo de Impacto Ambiental, identificando o que é necessário para sua implantação e operação. O diagnóstico ambiental caracteriza os aspectos socioambientais na região com o empreendimento proposto. E por último, a avaliação ambiental, que é o cruzamento das informações do empreendimento com as características do ambiente afetado. Tudo isso é descrito, caracterizado, analisado e cruzado para se chegar a uma lista final dos impactos ambientais potenciais, bem como para apresentar uma proposta de programas de medidas de Controle Ambiental, para fazer com que os impactos identificados ocorram com a menor intensidade possível, ou que sejam prevenidos. É um trabalho técnico complexo e representa uma equipe multidisciplinar.

Esteve envolvida nesse trabalho nos últimos meses e esse estudo foi elaborado também, é sempre importante mencionar, de acordo com o documento emitido pela CETESB, um termo de referência. Então, todas as atividades também são orientadas pelo órgão licenciador. Aqui, resgatando um pouco das características do empreendimento, nós estamos trabalhando num projeto de um seccionamento. A extensão total é de 33 km, sendo um empreendimento relativamente pequeno do ponto de vista do setor de transmissão de energia. Muitas vezes, trabalhamos com linhas de transmissão muito mais extensas, e esse projeto, dada sua característica, foi inclusive objeto de uma consulta prévia à CETESB, para que a mesma indicasse qual o melhor instrumento de avaliação ambiental do empreendimento. E a CETESB teve um parecer dizendo que é um estudo de impacto ambiental, que é o estudo mais completo.

Então, são 33 km, basicamente, o traçado todo está situado dentro do município de Atibaia, mas também tem um pedacinho lá, no seccionamento, no município, na parte norte de Mairiporã. E ao longo desse empreendimento, será estabelecida uma faixa de Servidão de 60 m de largura. A faixa de Servidão nada mais é do que uma área de segurança na qual é implantada a linha de transmissão, são implantadas as torres, é o alinhamento ali onde passam os cabos. E ao longo dessa faixa de 60 m de largura, não se pode ocupar com novas edificações, porque há um risco efetivo da operação de uma linha de transmissão. Há diversos riscos e, por segurança, é uma área que tem restrições à ocupação, à construção e à utilização econômica.

Ressaltando ainda a característica do empreendimento, para se ter uma ideia, são 75 Torres estimadas ao longo desses 33 km de extensão. O cronograma de obras é da ordem de 12 meses de atividades construtivas, e se estima a utilização de um contingente de até 150 trabalhadores diretamente envolvidos nas obras, no período de pico da construção, que deve ocorrer mais ou menos no sexto mês. Um aspecto fundamental de um projeto desse, uma linha de transmissão, se tratando de uma estrutura de um projeto linear, é o estudo de traçado. Por onde essa linha vai passar? Então, há uma série de critérios técnicos, aspectos técnicos da

engenharia dos sistemas de transmissão, que devem ser respeitados, mas também se busca, ao longo desse tipo de estudo, verificar a melhor alternativa de traçado, alternativa que,

conjuntamente, sintetize os melhores aspectos do ponto de vista técnico, mas também o menor impacto socioambiental.

E para isso, deve-se fazer um estudo detalhado, para de fato estudar alternativas e verificar a alternativa que é melhor, do ponto de vista ambiental e socioambiental, visando reduzir ao máximo os impactos sobre a cobertura vegetal, sobre o uso e ocupação do solo, sobre as atividades econômicas, entre outros aspectos. Então, foram avaliadas três alternativas, e foi selecionada, pelas suas características ambientais e geográficas, a chamada alternativa três. Essas alternativas foram estudadas ao longo de um corredor de estudo, não é em qualquer lugar que dá para passar uma linha de transmissão, tendo em vista o padrão de ocupação que já existe na região, especialmente a localização das áreas urbanas, mas também unidades de conservação, fragmentos de vegetação nativa, entre outros. E outro aspecto fundamental é que estamos saindo de um seccionamento de uma linha existente e chegando num ponto que é a subestação, é um ponto que não dá para transferir, esse ponto de chegada do sistema desse projeto. Então, ele sai de uma linha de transmissão existente num determinado ponto que foi selecionado, que está lá em Mairiporã, mas necessariamente o seccionamento, essa nova linha, tem que chegar até a subestação Fernão Dias. Esse é um ponto fixo do projeto.

Eh, e aí, nós entramos um pouco agora na avaliação ambiental. Todo o estudo é pautado pela definição de áreas de estudo, que nós chamamos também de áreas de influência. Então, tem uma área de influência indireta, uma área de influência direta e a área diretamente afetada. A área diretamente afetada é a faixa de Servidão, mas todas as áreas de apoio necessárias para executar a obra, inclusive os acessos que terão que ser abertos, são de acesso de vias existentes até o local, por exemplo, de construção das torres. Isso tem que abrir caminhos de serviço, né? Isso faz parte também da área diretamente afetada.

Nós temos a área de influência direta, que é a área no entorno e ao longo do traçado da linha, uma faixa de 1 km a 500 m para cada lado, ao longo do traçado selecionado. E temos também a área de influência indireta, que compreende basicamente os dois municípios, Mairiporã e Atibaia. Enquanto na área de influência indireta é feito um levantamento com base em fontes secundárias, estudos existentes, levantamentos feitos na área de influência direta é um levantamento pelas equipes multidisciplinares, né, de levantamentos primários, ou seja, com coleta de dados em campo.

Do ponto de vista do meio físico, que envolve o relevo, solos, os recursos hídricos, etc., foi também um levantamento exaustivo feito com diferentes mapeamentos executados, destacando aqui a questão das drenagens, dos recursos hídricos, um tema muito sensível em qualquer obra, por mais que uma linha de transmissão não seja uma obra que envolva atividade intensiva de movimentação de terra que pode causar impactos importantes nos recursos hídricos, mas é sempre um tema relevante. Também foi objeto de estudo avaliações o tema de cavidades naturais, também é um tema importante, inclusive na região, baixa intensidade média probabilidade de ocorrência de cavidades naturais, e questão também do componente de paleontologia, potencial a ocorrência de fósseis, mas o principal tema avaliado no meio físico é a questão da fragilidade dos terrenos que serão afetados, né, principalmente a razão da necessidade de abertura de acesso e o potencial de processos erosivos associados a esses relevos, a esses solos.

E para isso é feito também um levantamento, o levantamento de campo, coleta de amostras e, fundamentalmente, um mapeamento da suscetibilidade. Então nós temos a área aqui na região caracterizada por um relevo muito amorreado, é um relevo que é considerado sensível do ponto de vista ambiental, o que exige, e ressalta novamente a importância dos estudos de traçado no sentido de identificar

melhor alternativa do ponto de vista também da topografia, de modo a reduzir ao máximo os

impactos. E nesse componente, no meio biótico, nós estudamos a cobertura vegetal, a vegetação e a fauna inicialmente. Na questão da fauna, é uma região situada no bioma da Mata Atlântica, embora seja também já caracterizada por uma efetiva importante e antropização, ou seja, modificação do meio ambiente. É uma região que tem unidade de conservação, tem fragmentos de vegetação nativa relevantes, e o estudo considerou o mapeamento prévio desses fragmentos e buscou ao longo desse traçado, é evitar a travessia, ou seja, a interceptação ao máximo desses fragmentos é fato que nem sempre é possível evitar, e por isso, assim, o impacto de redução da cobertura vegetal ou de afetação da cobertura vegetal nativa. Mas para isso, segundo, inclusive, as melhores técnicas de estudo foram feitas levantamentos de inventário, levantamento florístico e buscou-se caracterizar a biodiversidade que pode ser afetada, impactada pelo empreendimento. Então, nós identificamos quase 200 espécies da flora, diferentes formações vegetais, mas basicamente, diferentes estágios de sucessão da vegetação da Mata Atlântica e mais basicamente, afetando uma vegetação secundária e diferentes níveis de regeneração, inclusive com identificação de algumas espécies que apresentam algum risco de extinção.

O que é também é comum mesmo nas que são já muito modificados. No caso da fauna, também há uma particularidade que exige dois levantamentos. Nós temos que estudar a fauna em duas épocas do ano diferentes, então é necessário realizar um levantamento que envolva a coleta de espécies para possibilitar a identificação da biodiversidade das espécies da fauna que ocorrem na região. Foram feitas duas campanhas, uma na estação seca e outra na estação chuvosa, que resultaram na identificação, por exemplo, de 22 espécies de mamíferos de médio e grande porte, duas espécies de primatas, algumas espécies também de morcegos, do grupo de mamíferos voadores. Foi também estudado o grupo da herpetofauna, que inclui anfíbios e répteis. Foram identificadas 27 espécies de anfíbios, incluindo sapos, e cinco espécies de répteis.

Normalmente, com o grande número de espécies, é sempre registrado nos estudos, da ordem de 175 espécies, também com algumas espécies ameaçadas. Isso significa que foi feito um levantamento técnico robusto no sentido de permitir uma avaliação e verificação das condições e características da biodiversidade na região e nas áreas afetadas pelo empreendimento. É isso que vai subsidiar depois a identificação e avaliação dos impactos ambientais, do ponto de vista das unidades de conservação.

Além disso, como eu havia dito, é uma região que tem como característica, dada a sua relevância para a preservação de fragmentos e suas condições e características ambientais, a existência de algumas áreas de unidades de conservação. Sobretudo, destacam-se áreas de Proteção Ambiental, como a APA do Sistema Cantareira e a APA do Rio Atibaia, que compreende basicamente a planície aluvial do Rio Atibaia e seus fragmentos de vegetação nativa. O projeto inteiro está situado numa área de Proteção Ambiental que abrange o sistema Cantareira e atravessa a APA do Rio Atibaia.

Entrando no meio socioeconômico, também conhecido como meio antrópico, uma série de estudos foi conduzida pela nossa equipe, objetivando caracterizar o uso e ocupação do solo, as atividades econômicas existentes nos municípios na região afetada, traçar o perfil socioeconômico dessa região, caracterizar a infraestrutura, mapear a infraestrutura, verificar a existência de comunidades tradicionais, assentamentos, terras indígenas, comunidades quilombolas, avaliar o potencial de ocorrência de sítios arqueológicos e históricos, e também realizar o levantamento e caracterização fundiária, mapeamento do perfil das ocupações das propriedades existentes ao longo do traçado.

E para isso é feito também o levantamento exaustivo, que é uma etapa fundamental, depois quando da implantação do empreendimento, os aspectos fundiários dentro do

diagnóstico. A gente sempre depara com a questão do uso e ocupação do solo, evidenciando a característica da região que é atravessada pelo empreendimento. Basicamente, é uma região em que a faixa de Servidão ou traçado está posicionado, uma região de ocupação predominantemente rural, com cultivos agrícolas diversos, culturas temporárias, áreas com produção de culturas por meio de estufas de flores, por exemplo, e outras culturas temporárias, também culturas permanentes, áreas de reflorestamento e áreas de pastagem. Mas ao longo do traçado, no entorno do traçado, a gente verifica também uma ocupação esparsa, com bairros isolados aqui da mancha urbana de Atibaia, bairros rurais por diferentes perfis de ocupação, de densidade de ocupação que existem ao longo do traçado. É uma característica importante aqui também da região, destacando aí, por exemplo, o bairro da Lagoa, aqui em Atibaia.

O traçado busca, na verdade, sair desse tipo de ocupação, justamente para evitar impactos diretos nessas ocupações. Aqui alguns exemplos dos bairros que estão próximos ao traçado, mas basicamente são áreas urbanas e também áreas rurais. Está aqui o exemplo de como o resultado final desse tipo de levantamento é o mapeamento de uso e ocupação do solo e da cobertura vegetal. É feito mapeamento de detalhe, justamente, depois, com ferramentas inclusive de processamento de sensoriamento remoto, para traçar um quadro atual dessa cobertura vegetal, desse perfil de ocupação e depois gerar as informações, inclusive quantitativas, para a gente poder fazer a avaliação dos impactos. Então, esse mosaico de áreas, como a gente chama, porque é uma diversidade de usos muito diversas, muito diferentes: áreas urbanas, em amarelo; áreas de pastagem, as áreas de cobertura de vegetação nativa, em verde; e os reflorestamentos, em roxo, por exemplo, são evidenciados. As áreas urbanas, em vermelho, são o tipo de produto que de mapeamento que foi feito e está consolidado caracterizado dentro do estudo de impacto ambiental, do ponto de vista quantitativo.

Aquela faixa de Servidão de 60 metros que vai ser consolidada, implantada como parte da implantação do empreendimento, a gente tem que dar dessas condições de traçado, é um predomínio de usos de uma cobertura de usos que não são a vegetação nativa, aproximadamente 40%. É uma cobertura vegetal nativa remanescente, mas os outros são quase 60% de áreas diretamente afetadas ou são de áreas de reflorestamento, oficialmente, isso com espécies exóticas, ou são os antrópicos, como nós chamamos, que envolvem desde áreas por perfil urbano de ocupação, áreas de cultura temporária, cultura agrícola e também áreas de pastagem.

Isso é o que mostra o mapeamento do traçado nesse momento e com base nisso, na avaliação, na caracterização ambiental, é que é o diagnóstico ambiental. E com base nas características do empreendimento, nós passamos à fase seguinte, que é a identificação, a avaliação ambiental, que consiste na identificação dos potenciais impactos ambientais e na proposição das medidas de controle, prevenção e compensação dos impactos ambientais que a avaliação ambiental. Foram identificados no total de 36 impactos potenciais, sendo sete no meio físico, nove no meio biótico e 20 no meio antrópico, no meio socioeconômico.

De fato, pelas suas características, o meio reúne os componentes ambientais que podem ser afetados em maior quantidade, tanto do ponto de vista positivo quanto do ponto de vista negativo. Os benefícios do empreendimento, os benefícios econômicos e sociais gerados por um empreendimento de infraestrutura de utilidade pública, recaem sobretudo no meio socioeconômico. Então, há um conjunto diverso de impactos identificados, de potenciais identificados, e para fazer com que esses impactos ocorram com a menor intensidade possível, para preveni-

los ou até compensá-los, a equipe responsável pelo EIA fez uma proposta de 16 programas ambientais.

Os programas ambientais agrupam as medidas que serão necessárias para esse objetivo de prevenção, controle e mitigação dos impactos, e esses impactos, logicamente, estão distribuídos afetando diferentes componentes da natureza ou componentes da sociedade. No meio físico, nós temos a questão a destacar dentre os impactos, o potencial aumento da turbidez dos cursos d'água, potencial assoreamento e geração de processos erosivos. Isso, como eu havia dito, se dá numa linha de transmissão, fundamentalmente em razão da abertura de acessos, dos caminhos de serviço.

Dadas as características aqui da região, é um trabalho que tem que ser feito de uma forma muito planejada. A ISA CTEEP tem bastante experiência na implantação de empreendimentos em condições até mais adversas de relevo de terreno do que as que nós encontramos aqui, e com medidas de controle ambiental efetuadas com sucesso. Então, tem uma série de medidas para prevenir esses impactos, que envolvem desde medidas de gestão ambiental, medidas gerenciais que serão executadas pelo empreendedor e cobradas e fiscalizadas junto às construtoras, porque são as construtoras que vão executar a obra, que vão abrir o caminho de serviço.

Então, elas que têm já na medida que faz o serviço, ou antes mesmo do serviço, fazer a implantação das medidas necessárias para prevenir qualquer impacto, e a companhia, o empreendedor, tem a obrigação de fazer essa fiscalização, apresentar os resultados para o órgão licenciador. O órgão licenciador, por sua vez, faz também a sua fiscalização. Então, nós temos desde o programa de controle ambiental das obras, o programa de controle dos processos de dinâmica superficial, basicamente o assoreamento e a erosão, a educação ambiental, programa de conservação e controle da supressão vegetal, para fazer com que a supressão vegetal, a remoção de cobertura vegetal ocorra nos limites da obra e no mínimo necessário.

Então, é feito também, depois, nós vamos avançar para a fase do projeto executivo, o empreendedor avança e faz um planejamento também mais detalhado em relação a isso e depois a recuperação de todas as áreas que são afetadas pela obra, de forma não resultar em qualquer passivo ambiental após o período de construção, isso é compromisso e obrigação do Empreendedor uma vez que está proposto dentro do estudo de impacto ambiental.

No meio biótico, basicamente o principal impacto é sempre a redução da cobertura vegetal para fazer a implantação da linha, a necessidade de remoção da cobertura vegetal ao longo dessa faixa. Nem toda a faixa de 60 metros, ela vai ser objeto de remoção da cobertura vegetal, mas ao longo de uma faixa central, de uma picada central, muitas vezes é necessário porque não se pode ter uma vegetação de grande porte abaixo da linha de transmissão por motivos de segurança.

A área afetada é de cobertura vegetal de vegetação nativa da ordem de 15 hectares, afetando basicamente vegetação em estágio inicial, mas também áreas de vegetação em estágio médio de regeneração. A remoção de cobertura vegetal também é um impacto adverso, é uma afetação dos habitats para fauna, então também é o impacto adverso negativo identificado no empreendimento. Outros impactos sobre a fauna podem ocorrer tanto durante a implementação, mas também durante a fase de obra, sobretudo em decorrência de acidentes com animais e um conjunto também grande de programas ambientais com medidas específicas para reduzir os riscos e controlar esses impactos potenciais sobre a fauna, destacando principalmente a questão do resgate e salvamento da fauna durante as atividades de supressão vegetal, é comum encontrar animais durante esses serviços.

Esses animais têm que ser resgatados, tratados se acidentados e depois, sempre que possível, restituídos à natureza. O controle da atividade de supressão vegetal é fundamental para garantir que toda a área que vai ser suprimida se restrinja aos

limites efetivamente autorizados. O impacto permanente é a remoção da cobertura vegetal, e para isso, a legislação brasileira também pressupõe uma medida de compensação ambiental pelos impactos sobre a biodiversidade. A legislação exige a compensação ambiental, então há duas formas de compensação: uma compensação ambiental financeira, com recursos que serão destinados pelo empreendedor para investimentos e aplicações em áreas protegidas e unidades de conservação, e também a compensação pela supressão vegetal, que é uma compensação proporcional à quantidade de vegetação removida na área de implantação do empreendimento.

A aplicação desses recursos normalmente se dá na própria região do empreendimento onde o empreendimento está sendo proposto. Os projetos de compensação pela supressão vegetal envolvem, por exemplo, a questão de plantios compensatórios, sempre que possível, na própria região do empreendimento afetado. No meio socioeconômico, basicamente, os impactos negativos estão associados à afetação de benfeitorias ou imposição de restrições ao uso do solo. O empreendimento afeta propriedades privadas e impõe restrições aos usos que podem ocorrer dentro da faixa de servidão, como a construção de edificações ou o plantio de espécies de porte arbóreo alto, em razão da segurança da própria linha e das comunidades.

Esse é o principal impacto decorrente da implantação dessa linha de transmissão, assim como de qualquer outra. Na questão das atividades econômicas, sempre há pressões e áreas ocupadas, por exemplo, com reflorestamento que fatalmente terão que ser removidas. Há uma série de outros usos que podem ocorrer pacificamente com a implantação da linha. No meio socioeconômico, os impactos positivos vão desde a geração de empregos até a geração de receitas fiscais para o estado ou os municípios, sobretudo durante a obra, pelo recolhimento do ISS e a geração de empregos.

Mas o principal objetivo é o reforço e melhoria do sistema de transmissão, tanto regional quanto nacional, com a implantação do projeto interligando sistemas já existentes, dando maior segurança à transmissão de energia. Quanto aos impactos negativos, há uma série de programas, desde programas gerenciais de monitoramento até programas de avaliação das propriedades afetadas.

Inclusive a desapropriação pela implantação de um empreendimento como esse é uma vez que no nosso caso desse empreendimento, a subestação já existente foi implantada por outra empresa, outro empreendimento, outro projeto, outro processo de licenciamento ambiental. No caso aqui, é basicamente a instalação de uma servidão, de uma faixa administrativa dentro dessas propriedades. Tendo em vista essa questão desse impacto da imposição de restrições ao uso do solo na faixa de servidão, algumas atividades que podem ser executadas são atividades produtivas que não envolvam a construção de edificações ou a proximidade de manuseio de qualquer equipamento próximo dos cabos, na medida que vai das torres, e isso por segurança. Mas pode haver circulação de máquinas, pode haver plantação de culturas temporárias, a continuidade da pecuária, isso sem restrição alguma.

Por outro lado, não pode haver culturas que envolvam, por exemplo, o uso de fogo, construção, atividades de lazer sobre a faixa, também riscos muito evidentes tendo em vista a natureza do tipo de situação e o desenvolvimento da cobertura vegetal. Então é atribuição da empresa, para sua segurança operacional da própria linha, fazer um manejo constante da vegetação que vai se desenvolvendo, regenerando abaixo dos cabos e no entorno das torres dentro da faixa de servidão. São restrições que serão permanentes e tratadas sempre que necessário diante

de afetações ocasionais por conta da implantação de empreendimentos, tratadas com as negociações e indenizações pertinentes por parte do empreendedor.

Chegando na conclusão do estudo, os impactos identificados tanto no meio físico, no meio biótico, quanto no meio socioeconômico são típicos de uma obra linear, típicos de uma obra de transmissão de energia, de uma linha de transmissão. Não há nenhum impacto diferente do que se encontra no geral nesse tipo de empreendimento. São impactos relacionados, em partes, temporários, relacionados à fase de obras que envolvam, por exemplo, a operação dos canteiros de obra, abertura de acesso, remoção da cobertura vegetal. No meio biótico, basicamente é isso, a perda da cobertura vegetal, impactos associados à fauna, mas são impactos que, embora negativos, são passíveis de controle e redução de sua intensidade e passíveis também de compensação ambiental, como está proposto no EIA e é exigido pela legislação ambiental.

No meio socioeconômico, a questão do estabelecimento da faixa de servidão e das restrições decorrentes da implantação dessa faixa de servidão, a ocupação, o desenvolvimento de atividades produtivas, e também os impactos positivos associados à operação do sistema, melhoria no sistema interligado nacional de transmissão de energia aqui do estado e do país, e outros impactos associados, por exemplo, negativos que, embora temporários, como a geração de poeira, o ruído durante as obras e durante a fase de operação, que também foi avaliado e tem programas de monitoramento para esse tipo de potencial impacto que pode ocorrer durante a implantação e operação do empreendimento. Estamos à disposição para responder às dúvidas, esclarecer e complementar no que for necessário, as informações aqui do estudo de impacto ambiental.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito obrigada, Marlon. Eu registro aqui a presença das autoridades na pessoa do Senhor Daniel Borges, Secretário do Meio Ambiente de Atibaia, e também da vereadora Ana Borges, vereadora aqui da cidade de Atibaia. Muito obrigada pela presença e cumprimento também todos.

Ana Paula, muito obrigada pela sua presença. Cumprimento também os demais que se encontram pelo modo virtual nos assistindo. Passamos agora à segunda parte do nosso segmento da audiência pública com a participação do plenário. Nós temos aqui como inscritos, pela primeira etapa do segmento, o Ministério Público. Não havendo nenhuma manifestação ou inscrição, passo então aos inscritos pela entidade da sociedade civil. Na qual eu chamo a senhora Lilian Alves Scholder.

Por gentileza, senhora Lilian

Boa noite. Informo que o tempo para manifestação são cinco minutos. Obrigada. Fica à vontade.

- Lilian Alves Scholder, inscrita pela entidade da sociedade civil

Obrigada, boa noite, boa noite a todos e todas os presentes. Eu gostaria de agradecer a explanação do Senhor, mas gostaria de expor que ela não é verdadeira. Infelizmente, o que a gente tem de experiência de quase 10 anos de convivência com a subestação e com todas as acessantes, que são empresas do ramo de energia elétrica gigantescas, tanto quanto as ISA CTEEP. Não é isso, não corresponde à realidade, não há responsabilidade em nenhum momento vocês citaram as pessoas que vivem no entorno.

Em nenhum momento ouvi falar que de avaliação de impacto socioambiental falando de gente, né? Isso pra gente começar a pontuar, vocês não sabem o que é a subestação Fernão Dias para nós. Vocês não têm noção do que isso é na nossa vida,

o impacto de quem convive com ela, a clara violação dos direitos fundamentais. Vocês não têm noção, ela foi colocada no lugar errado, ela não deveria existir. Ela está no local adensado, o mapa sobre o qual vocês trabalham não é real. O plano diretor do município prevê extensa urbanização daquela área a partir desse ano, com diversas áreas de expansão urbana. Ela é um elefante colocado no meio da sala, o elefante que chegou bem quietinho, bem quietinho, um elefante colocado dentro de uma caixinha bonitinho, dócil. Aí vai ser lindo. Olha uma pluma caindo ali, aí tem assim alguns meses de probleminhas para vocês. Depois passa quando ligar passa.

O elefante que dá patada, um elefante que dá rabada, um elefante que dá orelhada e um elefante que agora vai deitar sobre nós. O que vocês estão trazendo aqui é um rabinho do elefante, não é? É só um seccionamento. É só um fiozinho que vai ligar ali. Gente, pelo amor de Deus, tem o respeito pelas pessoas, tem o respeito pelo entorno, pelos animais.

Eu sou Lilian, representante do movimento atingido por subestação em Atibaia. Há anos nós estamos levando essa problemática. Vocês não estão dentro da subestação chegando preocupados mais um lugar, então subestação. Vocês não estão respeitando a Constituição Federal, vocês não estão atentando: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. É claro, é nítido que existe lá o ruído absurdo. Ninguém disse para nós até hoje quanto esse ruído vai aumentar com a ligação desse fiozinho. O direito à saúde das pessoas está enlouquecendo está sendo afetado. As pessoas estão enlouquecendo vivendo ao lado da subestação, em torno da subestação. Vocês vão passar com essa linha no meio de 10 casas só de saída. Só de saída. Vocês vão passar e vão deixar aquele senhor ali, de camisa azul, morando do lado da linha. Vão deixar o meu pai ali, de camisa verde, do lado da linha. Tá a 30 metros, a 60 metros, e não é uma linha, ela vai dobrar, vão ser duas linhas, duas torres. Já existe uma linha, vocês vão dobrar, vocês vão por mais uma. Pelo amor de Deus.

Seu Leonardo, só pode, por favor, passar as fotos. Vocês chegam falando que é só uma torrezinha, que é só uma linhazinha, são torres de transmissão de energia, são torres com quase 30 cabos. É óbvio que isso gera um campo magnético absurdo, só de olhar, não precisa ser engenheiro, mas a gente tá indo atrás, e o Ministério Público Federal e o deputado Carlos Giannazi estão oficiando o tempo inteiro, e nós já descobrimos que a subestação de energia não fiscaliza, não traz dados desde 2015, sobre emissão eletromagnética, e vocês querem ampliar, sem que o estudo da Unicamp determinado pelo Ibama saia, nem começou, e vocês querem ampliar. Nenhum metro, no que depender de mim, nenhum metro. Do que depender de mim é suspensão imediata até que o estudo esteja, no mínimo, concluído, que as pessoas se sintam protegidas. Pode passar, por favor, isso aqui foi um imbróglio absurdo para ser feito numa área de preservação. Vocês vão colocar mais oito dessas no mesmo lugar?

A linha vai passar para além? Fora os outros lugares. Fora aqui no Entroncamento, perto já em Terra Preta também vai ficar um bololô de linha absurdo. O que está acontecendo? Pode passar, por favor.

Quando você vê o desenho e meu pai viu no desenho e achou que era uma torre como qualquer outra torre que havia até o momento passando perto de nós.

Quando você vê, você acha que é uma torrezinha. Isso aqui são só metade de uma torre em proporção a um barracão, que é um galpão imenso. Vamos colocar outra dessa do lado ali tem uma marcação no pé dela. E vão deixar aquela casa lá no fundo e vão deixar a casa que está aqui, que é da minha vizinha, que se mudou porque não aguenta viver lá. Pode passar, por favor.

Vocês vão ampliar e vocês vão ligar esta linha nesta subestação, vocês estão conscientes. Vocês conseguem responder sobre nós para nós sobre isso? Porque é

que esse ruído existe e o quanto ele vai ser alterado com a ligação da linha. Essa é uma pergunta, por gentileza.

Vocês estão dizendo que vieram aqui viabilidade, outra mentira. Enquanto alguns proprietários são enrolados semanalmente com os negociadores falando. "Ah, eu vou semana que vem, eu vou amanhã, eu vou hoje, o senhor tá em casa hoje", outros já foram no cartório e entregaram a terra dele a preço de banana porque não tem critério, pode quem pode mais chora menos, quem tem advogado consegue, quem não tem é atropelado como um trator, quem tá precisando de dinheiro, abre as pernas. Desculpem a expressão. Senhor, eu peço que por conta do tempo, por gentileza.

Eu gostaria de pedir, porque era uma explicação sobre porque não é a linha alternativa 1 que está sendo utilizada que teria muito menos impacto à comunidade, gostaria de pedir a suspensão da instalação desta linha no mínimo até que sejam concluídos os estudos. E seja validado feito determinado que tiver que ser feito para mitigar os impactos que já existem desse empreendimento absurdo que foi colocado no Boa Vista. Senhora Lívia, por gentileza, conclua e gostaria de pedir um compromisso da Prefeitura de Atibaia em criar uma coordenação para acompanhar a saúde dos moradores do Boa Vista, fazer um comparativo com outros bairros similares que não têm uma subestação de energia deste porte, uma das três maiores do Brasil, no quintal da sua casa. Obrigada.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada senhora Lilian. Vamos passar agora para o segundo segmento dos inscritos que serão das pessoas físicas, passando agora para chamada da senhora Maria Isabel Rabelo Fonseca Ester, por gentileza, a senhora Maria Isabel. Senhora Maria Isabel se encontra? Obrigada, e na sequência, senhor Giovani (inaudível), é isso? Obrigada. Boa noite, senhora, Maria.

- Maria Isabel, moradora de Atibaia

Boa noite, obrigada. Boa noite a todo mundo que está aqui. Maria Isabel, sou moradora de Atibaia há pouco mais de 3 anos e, por laços de amizade, acabei me aproximando do Movimento dos Atingidos pela Subestação, que está corajosamente enfrentando o empreendimento deste porte porque tem gente sofrendo muito. Primeiro, eu queria falar sobre o lixo que a atual empresa que já tem essas Torres lá no funcionamento no seu dia a dia, na ida e volta dos seus funcionários, porque é o que a Lilian disse na apresentação, na palestra: é tudo lindo e a realidade não é nada disso. É isso que os moradores estão dizendo. Nós existimos e o lucro não pode estar acima da vida das pessoas. Essas pessoas já vivem lá há mais de uma geração, senhor, pode passar um vídeo do lixo? Porque eu também essa parte do lixo uma moradora.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Senhora Maria, só queria atentar que o tempo da senhora é de três minutos.

- Maria Isabel, moradora de Atibaia

É assim que fica depois que a empresa, né? Vocês viram um monte de marmitta jogada. Então, cadê a educação ambiental, compliance, auditoria, tudo isso que as grandes empresas gostam de falar bonito no dia a dia dos moradores não, não é isso que está sendo visto e também, então, queremos colocar como pergunta para as empresas, pros representantes aqui do empreendimento, explicar melhor.

Quais são

os critérios e como comprovar a segurança desse cálculo da faixa de segurança, faixa de segurança no entorno da subestação e das Torres? Qual é a lei, que norma que vocês estão seguindo? Esse é um dos assuntos. Qual é, se não, seria contrassenso, tendo em vista a aprovação do novo plano diretor que está aumentando a urbanização da região, como colocar essas Torres lá e reafirmar o requerimento e solicitando o compromisso de que caso seja aprovado, caso isso seja implementado, que a compensação florestal, a compensação vegetal seja de fato feita na região, na região e que também, como uma espécie de indenização, não sei se essa é bem a palavra, que os moradores que estão ao menos há seis anos já denunciando esse problema, eles merecem a criação de um parque ali, a comunidade merece a criação de uma unidade de conservação no entorno para auxiliar no amortecimento do ruído, garantindo o mínimo de qualidade de vida para esses moradores humanos e silvestres já tão abalados na convivência com a subestação e blindagem do entorno para novos adensamentos urbanos, isso teria que estar escrito é a prefeitura, é a ANEEL, é o governo federal, o governo estadual, é a CETESB, mas não se pode permitir maior adensamento ainda, obrigada.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada, senhora Maria Isabel. Na sequência, senhor Giovani Donato, por gentileza. E na sequência também, o senhor Lucas Frieês. Muito boa noite, Giovani.

- Giovani Donato, do Movimento Máximo

Giovani (inaudível). Eu agradeço. Quero aqui cumprimentar meus companheiros, meus companheiros do Movimento Máximo, Movimento Atingido por Barragem. Vale em nome do Partido Socialismo e Liberdade, Atibaia, que vem acompanhando as questões ambientais de perto no cenário político que é devastador, diga-se de passagem, e lembrar que o fator humano aqui é o que vai determinar, é o meio ambiente equilibrado a que nós todos temos direito. Lembrar que os senhores que estão aqui hoje não vão voltar mais depois que essa obra tiver concluída, que só para acompanhá-las. Senhores que vieram aqui, se apresentaram aqui, quem vai estar lá todo dia é a população que vai ser obrigada a conviver com os impactos da obra que o senhor dispensaram tanto à empresa privada, porque é uma empresa privada que pensa primeiro. Lucro depois, nas obrigações, é com a legislação ambiental primeiro. Para a Isa, vem o lucro. A gente não pode esquecer isso. A Isa é um fruto de uma privatização de uma empresa que era estatal, a gente tem que lembrar disso quando a gente fala, quando a gente vai falar de serviço público. A gente só tá aqui sentado ouvindo a Isa junto com o Conselho Estadual de Meio Ambiente porque havia uma empresa Estadual que foi privatizada, né? Esse movimento nem sempre condiz com o melhor serviço público. Então, se a gente for pensar nessa lógica de que vocês vão passar por aqui, aí já vai passar por Atibaia, nós vamos ficar com todos os impactos negativos e as propostas de mitigação. Se elas não funcionarem, quem vai propor novas propostas de mitigação? Quem vai estar aqui para ouvir a população? A população vai ter que recorrer novamente à representação parlamentar, ao companheiro Carlos Giannazi, que muito bem vem representando junto ao Ministério Público Federal com relação à subestação, com relação à situação dos moradores do Boa Vista. É inadmissível que uma empresa privada ingresse no nosso município apresentando um projeto como se o impacto de apenas 33 km de 60 metros de Servidão, para o município do nosso tamanho, que impacto tem? Que impacto tem isso na lei, nossa lei de uso e ocupação do solo, pergunta, e aí fica o questionamento do nosso secretário de Meio Ambiente

também, né? Qual é o impacto disso para a realidade do município de Atibaia? Impacto econômico, inclusive, porque isso gera mudanças e afeta demais a qualidade de vida de uma determinada população que, por ser menor ou menos adensada, não significa que não é humana. Certo, o respeito e a dignidade dessa população têm que ser preservados. Nós entendemos que o desenvolvimento ele tem que acontecer, mas se ele não acontecer da maneira correta, não são os senhores que serão afetados, não são as pessoas que moram naquele espaço. Vocês oferecem hoje valores irrisórios para desocupação de várias dessas propriedades. Vocês têm uma ideia de qual é o valor de mercado dessas propriedades? O que vocês estão pensando? São vidas, são pessoas que moram ali, que com esse dinheiro eu vou ter que construir uma nova vida em outro lugar. Será que essa indenização ela é satisfatória ou ela é satisfatória para a empresa privada que quer manter o lucro? Essa é a grande questão, não nos enganemos com as empresas privadas, não vamos tolerar que os serviços privatizados sejam implantados dessa forma sem que haja, no mínimo, uma oposição a essa tomada de decisão. A Unicamp vai fazer um estudo com a questão do ruído. Por gentileza, já concluo, é inadmissível que a gente siga com esse projeto da maneira como ele está sendo proposto, por mais que se indique a viabilidade dele, nós sabemos que, para os moradores que serão atingidos, esse é um projeto inviável. E é isso, é a minha fala pelo pessoal a partir do Socialismo e Liberdade. Forte abraço. Boa noite.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito obrigado, senhor Giovani. O próximo inscrito, o senhor Lucas Frieês e, na sequência, o Senhor Antônio Takashi. Boa noite, senhor, Lucas.

- Lucas Frieês, participante.

Boa noite a todos. Vou tentar ser breve. Então, como bem destacou a companheira Lilian, né? Temos dois artigos da Constituição Federal que devem ser observados: o direito à saúde e o direito ao meio ambiente. O meio ambiente não é só proteger passarinho, réptil, lagarto; é proteger um ambiente social e economicamente adequado. E por mais que tenham catalogado todos os tipos de passarinho e sapinho, não vi dizer quantas pessoas aqui da cidade de Atibaia serão afetadas.

E por mais que essa empresa não tenha relação direta com a subestação, o motivo da construção é eliminar sobrecargas da LT decorrente da Fernão Dias. Então, está-se reconhecendo que é um excesso de sobrecarga.

Está-se reconhecendo, no próprio documento apresentado pela empresa, que há incômodos pelo aumento de ruídos durante a operação. O pessoal do MAS esteve no meu escritório, inclusive relatando problemas como dor de cabeça, depressão, ansiedade decorrentes da implementação desse empreendimento a uma distância de até 2 a 3 km da subestação. Vossas excelências da empresa estão dizendo aqui que a faixa de segurança da presença humana é de 60 m para não ser afetado pelo ruído. Eu gostaria de saber onde estão os estudos que atestam a regularidade disso, porque entrei em contato até com profissionais da Alemanha, estudiosos de física, que dizem que o campo eletromagnético é muito pouco estudado, e é por isso que acredito que o conselho, para viabilizar essa aprovação, deveria guardar de fato o estudo da Unicamp.

Porque é gritante o número de pessoas que narraram problemas de saúde decorrentes dessa exploração econômica. Eu questiono o empreendedor com relação ao brilhante trabalho aqui no Estado de São Paulo. São 137 subestações dessas implementações de subestação ou de linhas de transmissão. Quantas apresentaram problemas com a desapropriação ou com a subvalorização da

propriedade? E com relação a ruídos, quantas pessoas a incorporadora tem conhecimento de que foram diagnosticadas com problemas de saúde associados ou não a ruído ou ao campo eletromagnético? Quantas pessoas dessas 137 intervenções, dominando quase 90% do mercado de transmissão no Estado de São Paulo, foram afetadas pela Isa?

E aqui, no caso concreto local, quantas pessoas estão previstas para serem afetadas pela implementação do empreendimento? O impacto socioeconômico, para que ele seja corretamente avaliado, depende obrigatoriamente da oitiva do seu José, da Dona Maria, do Seu Antônio; todos eles estão no curso dessa linha e podem perder sua moradia, sua capacidade econômica de plantio, de pastagem. Podem perder a sua saúde. Então, para além do sapinho e do lagarto, eu queria saber das pessoas quantas vão ser afetadas pelo traçado proposto.

E com relação ao valor atribuído na indenização e na desapropriação, eu gostaria de sugerir aqui ao secretário que leve à autoridade a criação de um conselho para acompanhar o valor dessas indenizações e para garantir que nossos municípios tenham direito e condições de se realocar.

E por fim, se há previsão de remoção coletiva da população de algum desses bairros em que está sendo atravessado e se há, em razão dessa desapropriação coletiva eventual, algum impacto socioeconômico correspondente que não tenha sido noticiado. Fiquei, de fato, muito triste e achei muito sintéticos os efeitos socioeconômicos que foram lançados nesse estudo. Muito obrigado.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito obrigado, senhor Lucas. Eu quero só fazer uma observação, Lucas, que o Conselho Estadual do Meio Ambiente, ele não faz nenhum tipo de avaliação ou critério de aprovação. Quem faz isso é a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, também nosso Regimento aqui pelo conselho apenas conduz a audiência pública levando aqui um espaço democrático para toda a manifestação da sociedade. Está bem, então, por favor, é apenas um esclarecimento. Muito obrigada. Não tem problema, vamos para o próximo inscrito. Senhor Antônio Takashi. Muito boa noite, por gentileza.

- Antônio Takashi, participante

Boa noite a todos. Eu sou um dos proprietários que serão afetados por essa nova linha, tá? E estou aqui realmente para tirar algumas dúvidas, mas queria comentar meu caso. Que a gente nunca foi contra a nossa propriedade ser utilizada para uma obra de atividade pública, mas a gente questiona muito. Em três vezes, entramos em contato que era um terceirizado da ISA CTEEP pedindo a alteração de linha. Tá? Ok, só para vocês terem uma ideia, dos 33 km de linha que serão feitos nesse processo, só na minha propriedade são 927 m.

Ok, vamos dar mais ou menos 5,6 hectares, tá? Então, quer dizer, o impacto é muito grande, e porque justamente pela questão de depreciação do terreno. Na verdade, você pode imaginar um retângulo, e ali ia passar na sua diagonal, entendeu? Ela está cruzando toda a propriedade. Nós procuramos sempre argumentar porque não tentar um novo traçado, e sempre foi a negativa, que não é possível, vai afetar outras propriedades, vai ter um curso maior, vai ter que fazer uma torre adicional, então com certeza a empresa não vai aceitar.

E esqueceu também, né? Eu já tenho uma descrição detalhada aqui da minha propriedade com a linha traçada, sem condições de negociação de trajeto. Tá, ok, e é isso então, a questão muita questão de tempo, né? Estão fazendo uma audiência pública onde eu já tenho um memorial descritivo de uma área determinada do meu

terreno, com valor especificado, entendeu? Acho que essa questão de tempo está um pouco estranha, né? Uma audiência pública onde eu já tenho uma proposta de negociação com um traçado definido, com coordenadas e tudo.

Agora, os questionamentos baseados no descritivo: eu tenho 13.000 metros de Mata que serão afetados, mata centenária. Então, queria saber como fica essa compensação, dessa reserva legal que nós temos. Temos todo o processo e 13.000 metros quadrados vão ser retirados da propriedade. De quem é o custo dessa compensação? Na minha propriedade, eu tenho que compensar essa perda de 13 mil metros quadrados, eu tenho que assumir essa compensação de reserva legal ou não? Nestes três mil metros, eu também tenho impacto de uma nascente d'água que será afetada, porque o corte da mata é na parte superior do terreno, e a gente tem uma represa que é utilizada para a irrigação da agricultura. Então, eu também queria entender.

Quem analisa esse impacto ambiental, né? Porque vai afetar diretamente a nossa questão de irrigação para continuar com a agricultura familiar. Tá, ok? É isso.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Muito obrigada, senhor Antônio. A próxima inscrita é a senhora Ednéia Prado da Costa e, na sequência, a senhora Luciana Polidoro. Boa noite, senhora, Ednéia.

- Edinéia Prado da Costa, participante

Boa noite a todas e todos. Boa noite. Eu vim unir a minha voz ao movimento da subestação, uma vez que, em nenhum momento, levantaram nessa explanação esse contato e esse diálogo de fato com a população que já sofre com isso. Isso é uma questão muito grave. Porque em relação ao Poder Público municipal também, eles não são escutados. Então, a partir do momento que nem o poder público do município dá um suporte para que essa voz seja escutada a nível estadual ou federal. Isso me deixa muito mais preocupada. Em toda essa explanação é o que mais me chamou atenção. Para não ser repetitivo, porque os colegas bem colocaram as diversas questões relacionadas a esse projeto sem um estudo ainda real do que esse impacto pode vir a acontecer.

A exemplo do que eles já vivem é a questão da água, porque lá no Boa Vista, eles já colocam o quanto a água está sendo prejudicada nos Ribeirões, nos Córregos e esse projeto muito maior impacta nos demais Córregos, Mananciais e no Rio Atibaia. Atibaia já vem a 15 anos mais ou menos sofrendo com um crescimento desenfreado e a questão da água nós estamos vivendo isso hoje na cidade. Falta água na cidade porque em nenhum momento se previu esse crescimento em relação aos serviços hídricos, não existe um investimento no que se refere à recuperação e preservação dos nossos brejos, que foram todos aterrados Córregos, viu? E nós estamos sofrendo isso hoje e essa apresentação demonstrou que isso vai agravar a situação hídrica da nossa cidade. Então, unindo a minha voz ao movimento, que esse estudo da Unicamp seja respeitado. Enquanto ele não for apresentado, que todo esse projeto pare nesse momento. E todos vocês, eu convido que vão passar um dia lá no Boa Vista para vocês sentirem o que significa viver ao lado dessa linha de transmissão. Então, estão todos convidados. Muito obrigada.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Obrigada, senhora Ednéia. Passamos para a próxima inscrita, a senhora Luciana Polidoro. Boa noite, senhora, Luciana.

- Luciana Polidoro, participante

Boa noite. Bom, sou moradora do Boa Vista, mas vou fazer um questionamento. Onde estão os moradores do Maracanã, Ponte Alta, tem o senhor lara, tem o senhor, primeira coisa que a empresa não fez foi oferecer transporte para a população. Já participei de outras audiências e o que eles ofereceram logo de imediato foi um transporte para trazer a população. Se estamos aqui brigando por algo, são os moradores do Boa Vista, o senhor da Ponte Alta e a senhora. Então, acho que começa por aí. Não dá para confiar numa empresa que já vem logo de cara trazendo esse transtorno para nós sem oferecer, pelo menos, um transporte para que possamos ouvir.

Segundo ponto que vou colocar: o mapa de vocês, tá lindo, mas vocês esconderam o Boa Vista. Por que ele não está aqui escrito no mapa, como todos os nomes? A gente precisa começar a aprender que a subestação não faz parte de vocês, eu concordo, mas vocês colocaram a linha onde vai chegar. Então, acho que a gente precisa começar por aí.

Quero falar um pouco sobre as queimadas. O que vocês vão fazer pelas queimadas? Porque a gente tem um problema muito sério, não só no meu bairro, em todo, quando eu vou falar, estou falando para todos, e vocês especificam depois falando do Boa Vista.

Infelizmente, a população não cuida e nós temos um corpo de bombeiros muito simples aqui. Ele já não tem mais os carros de bombeiro e quando a gente precisa é principalmente as linhas de transmissão que são mais afetadas e a gente não consegue ter ninguém para que esteja acompanhando ou porque tem um feedback sobre isso. Eu acho que a gente precisa tomar conta dessa parte também, é muito perigoso não só para a população como para qualquer outra pessoa que esteja no entorno.

Vocês pretendem, após a aprovação, procurar a comunidade para oferecer melhorias? Pelo jeito não, porque toda vez que eu vou questionar isso junto à MSG, o que acontece? Vocês perderam audiência pública, parabenizo, vocês sim, são a primeira empresa que teve coragem de vir até Atibaia e mostrar o que vão colocar na cidade. Todas que passaram nós estamos, acho que na sexta linha, nenhuma chegou aqui e fez uma audiência pública. E aí quando nós vamos pedir algo ou que haja uma contrapartida, porque os impostos não vêm um real para comunidade atingida, nenhum real. Simplesmente a gente fica a ver navios porque perdemos não participamos da audiência pública.

Vocês podem falar para mim que vocês não vão ter nenhuma sede dentro da subestação, mas os impactos dos seus caminhões frente ao nosso asfalto, a nossa estrada de terra, é absurdo. Vocês usam diversas estradas para seguir. Então, nós precisamos. Ótimo, vamos cobrar da prefeitura, vamos cobrar da prefeitura, mas o que vocês estão fazendo de contrapartida para a prefeitura, só porque vocês pagam impostos a gente precisa ter mais, nós queremos mais coisas.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Senhora, peço que conclua por gentileza.

- Luciana Polidoro, participante

A estrada Rodolfo Polidoro é uma delas usada porque ela é mais perto, mais próxima da Fernão Dias então andam a velocidades de até mil. Então, a gente precisa conscientizar Chácaras Fernão Dias também não vai ser passado por vocês, mas a

todos trabalhos, todos os caminhões passam sem uma comunidade, um bairro inteiro cheio de área de casas residenciais. Pedimos iluminação na saída da Estrada da Juca Sanches até a segunda entrada do sítio Barbosa, no qual os moradores têm o impacto direto, onde eles caminham no escuro e não temos um ponto de luz na estrada. Em compensação, a nossa subestação brilha, brilha a quilômetros.

Questiono onde está o Ibama, já que a última vez que o procurei em 2016, foi omisso comigo e com toda a população atibaense. Para a gente respeitar o tempo dos anos, deu a senhora, por gentileza. Então, nós não tivemos esse feedback da CETESB quando nós procuramos.

E eu questiono a torre. Vocês podem falar para mim que a torre não funciona, que a torre não emite barulho. Vai lá na minha casa em dia de chuva, em dias nublados, não é possível dormir com o ruído. Eu tenho uma senhora, minha sogra de 70 anos, que no último dia chuvoso falou assim: que bomba ligada é essa. Boa noite. Obrigada.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Muito obrigada, senhora Luciana. Por gentileza, a próxima inscrita, a senhora Marli Romani e, na sequência, a senhora Débora Cristiane Silva Vitali.

Por gentileza, eu peço que todas as pessoas possam respeitar o tempo de fala das manifestações, considerando que os antecessores também respeitaram. Por gentileza, senhora, 3 minutos, obrigada a todos.

- Marli Romani, participante

Marli meu nome. Boa noite a todos, eu faço assessoria de imprensa de forma voluntária para o movimento de atingidos pela subestação, e eu estou preocupada com a questão da comunicação, né? A ISA CTEEP, você até pode não fazer parte da subestação, mas ela faz parte desse (inaudível) de empresas que não se comunica com a comunidade, não se comunica com a prefeitura, porque a prefeitura nunca tem respostas para comunidade. Então, e aqui, nesse folder, né? Vocês estão prevendo um programa de comunicação social que é uma coisa assim que a gente desconhece das outras empresas que a gente gostaria de ter. Divulgação de interferências com a população. Quero saber como vai ser feito isso? De que jeito? Por que canal? Atendimento a consultas e reclamações. Vai ter canal 24 horas por dia, porque não tem. As pessoas, quando têm problema, têm que esperar o dia útil, o horário comercial.

Então, eu queria saber também se a ISA CTEEP tem ciência daquele abaixo-assinado que tem mais de 700 subscritos, das pessoas reclamando dos problemas, dos impactos negativos de tudo que já foi colocado aqui hoje, porque se ela não tem conhecimento, ela precisa ter, porque ela faz parte desse empreendimento, desse megaempreendimento que impacta terrivelmente.

E eu gostaria também de reforçar a questão da água. Porque aqui no folder está escrito: Impacto potencial aumento da turbidez dos cursos da água e risco de assoreamento. Tá e o Rio Atibaia está listado ali entre os córregos e rios que estão sob risco, né? E eu gostaria que a CETESB ficasse atenta a essa questão da água, porque a Atibaia essa semana está sem água, muitos bairros sem água, as pessoas não conseguem ter o mínimo da vida do direito existencial que é acesso à água, e a gente precisa tomar cuidado com isso. Água limpa depende dos cuidados que a gente tem hoje com a água, né? Então, eu gostaria que essa CETESB ficasse atenta para essa questão da água. Obrigada.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito obrigada, senhora Marli. A próxima inscrita, a senhora Débora Cristiane Silva Vitali e, na sequência, a senhora Leila Pereira Faria Vieira. Boa noite, senhora, Débora. Por gentileza, posso fazer uma manifestação com tempo de 3 minutos. Obrigada, boa noite.

- Débora Cristiane Silva Vitali, moradora de Atibaia

Boa noite a todos. Eu também sou morador aqui de Atibaia, embora não resida na região do Boa Vista, costumo frequentá-la.

O que eu gostaria de destacar, além da crise hídrica que está trazendo transtornos para a cidade, é realmente o que mais me chamou atenção. Além disso, é o impacto que isso vai trazer para a população de Atibaia como um todo, não apenas para a região do Boa Vista, que já vem sofrendo com isso.

Eu queria saber da empresa Isa, qual foi a compensação que, no caso, amenizou um pouquinho o sofrimento dessa população do Boa Vista e do entorno dessa obra. Vai trazer, no mínimo, uma desvalorização para a cidade como um todo, não apenas para as regiões. Vai trazer um impacto ambiental enorme. Esse impacto ambiental, a gente pode pensar assim: se hoje eu cortar uma árvore de uma região lá dentro da minha casa, vou receber uma multa ambiental e vou ser condenado a plantar não sei quantas mil árvores. Mas eles vão destruir 41% de área de proteção e vem aí travestido de um projeto bonito. O projeto deles é a nossa casa, o projeto deles é o lugar onde a gente mora. Esse projeto bonito está trazendo morte e destruição para a cidade de Atibaia. Eu acho que, enquanto população, nós temos mesmo que nos unir para não permitir que isso aconteça. É claro que é uma obra relevante e tudo mais, mas por que matar as pessoas que estão ao redor? Matar os animais que estão ali naquela região? Vamos lá, ela só vai extinguir lá, vamos lá, 13 animais mamíferos. Três espécies de mamíferos com risco de extinção, entre eles o sagui, o lobo-guará, a jaguatirica e a onça parda. Nossa, a gente não pode abrir mão desses animais. Do nosso ecossistema, não é verdade? Vamos lá, vamos distinguir o que é protegido ambientalmente. Relatar, eu acho um absurdo não ter um representante do Ministério Público aqui para defender os interesses da população e para defender o meio ambiente.

Gente, não dá para permitir. Não dá para ficar calado. Eu acho um absurdo uma empresa vir aqui com uma proposta bonitinha e detonar a cidade de Atibaia.

Vamos começar a destruir o Rio Atibaia, vamos poluir o ar. Nossa, vai ter impacto também na parte respiratória. Ah, que legal o prejuízo para Atibaia, né? Porque o sistema público de saúde de Atibaia está aqui com uma capacidade enorme para atender mais impacto de pessoas. Vamos lá, a gente vai ensinar os nossos funcionários, até nós, a educação ambiental.

Quanto é uma contrapartida aí de 150 empregos?

Presumir que as pessoas são idiotas, né? Vocês me desculpem aí a palavra a alteração, mas é de indignar verificar uma empresa desse tamanho e vir e, na nossa cara, fazer a gente ouvir cada absurdo desse numa proposta tão bonita.

Peço pelo amor de Deus da CETESB, pelo amor de Deus ao IBAMA que verifiquem esse registro, e não anotei aqui, vocês até me perdoem, são quantos mil hectares de destruição? E as pessoas que moram ali no Boa Vista vão acabar migrando para outro local, levando lá um valor irrisório pelos imóveis que às vezes lutaram uma vida inteira para conseguir. Mas já que eles não se importam com os animais, que dirá, né? Os animais, tanto faz. A flora, tanto faz. Por gentileza, tanto faz então as pessoas também tanto faz, né? Vocês estão lá com qual compensação? Qual foi a

compensação que vocês tiveram até hoje, ou o ambiente aqui em Atibaia teve durante isso? Eu gostaria de saber, muito obrigada, boa noite.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Muito obrigada. Senhora Debora. A próxima inscrita é a senhora Gisele Aparecida Polidoro e, na sequência, senhor Juliano José Polidoro. Boa noite, senhora, Léia, por gentileza.

- Leia Pereira Faria Vieira, participante

Tá bom. Obrigada, boa noite, a todos. Meu nome é Léia. O que eu ia falar eu tinha escrito. O Lucas fez falou tudo, então eu vou me abster.

E vou fazer o seguinte apontamento: concordo em tudo que o Lucas Fries falou. Só gostaria de colocar aqui uma única observação. Nesse estudo do Isa, ou da Isa, não sei, no meio socioeconômico, aponta uma qualidade de vida, mas não diz como vai ter mitigação disso. Para mim é muito falho, porque o que eu entendo é que pessoas não são mercadoria. Obrigada, boa noite.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Obrigada, senhora Léia. Próxima inscrita senhora Gisele Aparecida Polidoro, e novamente na sequência, senhor Juliano José Polidoro. Boa noite, senhora, Gisele Aparecida Polidoro.

- Gisele Aparecida Polidoro, participante

Boa noite. É 3 minutos né?

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Sim, 3 minutos.

- Gisele Aparecida Polidoro, participante

Eu vou dizer como é ficar embaixo de uma linha. Vocês não sabem como é. Minha mãe, como a Luciana falou, ela é sogra dela. Ela é minha mãe. É muito assustador, e eu quero que vocês vão lá no Boa Vista, lá na Estrada da Rodolfo Polidoro, onde moro, para vocês escutarem. Porque eu tenho duas linhas ligadas na minha casa. É muito, principalmente quando está chovendo, gente, é muito assustador. Fora as pessoas do Boa Vista que estão doentes, como eu e minha mãe. Muita gente sofrendo e morrendo lá, não é mercadoria não, viu? Eu não sou mercadoria, nem as pessoas.

Posso falar mais alguma coisa?

Então, eu tenho muitos amigos que perderam parentes porque morreram de ataque cardíaco, de câncer, de monte de coisa, e fora a natureza que está sendo perdida lá. Está muito assustador. Eu quero que vocês vejam lá como está chovendo. Quando chove lá, eu fico embaixo de uma da transmissão que passa lá, porque para mim, rezar pelos moradores de Atibaia, não só Atibaia, para todos os moradores que estão passando por essa linha. Porque eu não quero que ninguém morra mais lá, nem a minha mãe. Minha mãe sempre fala "barulho de bomba". Não, não é barulho de bomba, é a linha que está passando. É assustador mesmo.

Quero convidar todos vocês. Lá na subestação, você sabe, você sabe onde é, né? Então, vão lá.

Fazer alguma pergunta para mim? Fale.

É mais um pouquinho a menos. Gritante, principalmente quando está chovendo, isso. É muito, e o meu vizinho que está lá, o que vendeu, né? Banana, né, que está lá na linha, ele foi embora, eles foram embora só tá a Deus dar.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada senhora Léia, pela manifestação, senhora Gisele. Obrigada. Eu que agradeço. Chamamos o próximo inscrito, senhor Juliano José Polidoro.

- Juliano José Polidoro, participante

Boa noite a todos. Eu queria, antes de começar, dizer que eu vivo do agronegócio aqui na região. Exploro a parte agrícola, tenho 52 anos de idade. E todo esse traçado aí que vocês vão fazer, essa linha nova implantação, eu estou cansado de trabalhar debaixo de linhas de transmissão de nova implantação e, mais uma vez, agora tem uma linha que vai cruzar na saída do tronco, lá uma área que eu trabalho no mínimo há 23 anos nela.

Eu convido a CETESB para que se implante algo lá, que visite essa área, porque lá eu faço manejo da água do solo, eu crio peixes no lago, produz soja, milho e outros cultivos. A água é pura lá, tem a oncinha parda, os pássaros, toda a fauna funcionando, a água limpa.

Estamos muito convivendo. Vamos fazer uma nova implantação. Após estar implantado, a gente tem que ver qual é o impacto, porque de uma forma ou de outra tem o impacto. Eu sei de uma coisa, as coisas modernizaram hoje. Ah, um tempo atrás, a gente queria implantar aqui um sistema de pulverização com aeronave, já não conseguimos porque o espaço aéreo aqui não permite, agora a gente foi obrigado a mudar os pulverizadores, que eles levantavam a barra para cima, porque pegava a parte aérea, a gente fez os pulverizadores abertos, não pode. Por mais irrigação, porque é irrigação debaixo das áreas, é vetado. Agora, a gente depois, os drones, os drones não podem mais pulverizar, porque tem fio e torre para todo lado.

Bom, a gente cuida da flora, da fauna, através fazendo tudo direitinho, tá lá tudo funcionando. Não sei como é que vai ficar isso, porque para onde a gente vai agora tem torre, tem fio. Né, a gente segue as normas, tudo tem que ser conciliado.

Aí acontece o seguinte: eu faço uma pergunta, cada vez que é implantado uma obra tem tudo isso, eu passo com uma máquina debaixo, some o sinal de GPS, apaga o programa ou queima um módulo da máquina porque tem carga, tem positividade. Agora, eu parei uma máquina para vir aqui, eu estava trabalhando debaixo de uma linha. O caminhão está estacionado, você vai lá, você tem uma tensão elétrica.

Eu não sei, você tem um impacto, tem que ser mostrado, isso afeta a minha saúde, eu tenho 52 anos e eu estou cansado de trabalhar debaixo de linha.

Eu trabalho em todas as áreas, as áreas aí que vão ser cortadas, o nosso amigo ali, vocês mostraram uma roça de soja, aquela roça de soja lá se é aqui da região ou é minha ou é da propriedade dele, lá que é outro parceiro meu, lá que é meu parceiro, lá que está plantado.

Então, eu faço uma pergunta para vocês, para setembro, eu convido, vai lá visitar nossas áreas, vêm em que estado que a gente deixa a condição. Eu tenho uma brigada de queimada.

Foi citado aí, eu tenho, eu sou obrigado a ter, porque eu tenho plantio direto, se acontecer uma queimada numa área, eu vou preso, não vai me chamar, eu respondo

ao lado de Campinas, vai vir uma guarnição ambiental e vai me levar, eu vou ter que responder para um juiz. Então, eu bebo água do Córrego lá que está lá dando a sente, eu como peixe da água que está lá.

Eu tenho, eu respondo ao Ministério Público em tudo, eu sou obrigado a ter engenheiro agrônomo, biólogo.

Para poder fazer essa movimentação, eu tenho toda essa técnica de plantio direto. Obrigada de incêndio, né? Só que acontece o seguinte: você vai visitar uma área minha, não tem lixo, não tem enxurrada. Agora, em toda a área que nós passamos uma linha de transmissão, eu vou lá, é dormente enterrado, é estrada buracada, é cacimba entupida, nada funciona, eu tenho que consertar. Eu recebo indenização daí, no advogado bate lá na empresa que fez a obra e pede indenização. E aí eu recebo, mas a comunidade não recebe, porque foi lesada, porque enterrou o Rio.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Eu peço que o senhor conclua por gentileza,

- Juliano José Polidoro, participante

Então é difícil, vou concluir. A gente tem 3 minutos para expressar o que acontece, eu peço que a CETESB. Me visite, eu dou as chaves das propriedades para eles entrarem e vêm com condições, está?

Para depois ver como é que vai ficar, porque a obra de um jeito ou de outro vai acabar acontecendo. Eu convido porque eu não fui procurado. Até então, não sei, não sei quem é a Isa, quem é o representante, por quê? Uma hora você vai perguntar, fala que a porteira está fechada, então elas que nos procurem e eu convido a CETESB. Muito obrigado e boa noite para vocês.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada pela manifestação, vamos passar ao próximo inscrito. Assim, a próxima inscrita é a senhora Adriana Moreto Pires e na sequência a senhora Cleusa Maria da Silva. Boa noite, senhora, Adriana.

- Adriana Moreto Pires, participante

Boa noite. Obrigada, boa noite, a todos. Sou moradora do bairro Boa Vista, moro próximo à subestação. Como foi falado aqui no começo é que a gente viu e falou de animais, né? Falou aí de várias opções, não falou sobre, né, a população principalmente sobre as crianças, né? O que as crianças também são afetadas. Começando por um relato que eu mesmo presenciei assim como outra moradora, na entrada da subestação houve um estouro. Isso foi no ano passado, uma imensa luz azul, né, expandindo ao ar e retornou e essa luz se expandindo ela retornou um grande estouro.

Não foi notificado nada à população, a população ficou muito assustada com tudo isso. Eu, praticamente, né? Além desse relato, venho falar também sou mãe, né, de uma criança com TDH, um TOD, e com suspeita de TEA.

E, como muitas outras mães que moram ali, né, em volta, em contorno, além da subestação, além da linha, né, que passa, ouve o ruído, esse ruído é tão insuportável para nós, eu imagino para as crianças que têm transtorno. Aquelas crianças que não conseguem falar, mas ela sente na pele.

Então, convido vocês não só para ir olhar a população, aquelas que estão sofrendo, mas ouvir alguns relatos de algumas mães, procurar ver que ali tem escolas perto, tem creche perto, né? Tem população que tem uma grande quantidade de criança que sofre também, só que elas não conseguem falar, te mostrar sobre isso e peço que como tem a mais transparência com a gente, né? Não é somente falar que é uma linha que está passando, não é falar somente que tem um pequeno ruído quando tem uma pequena obra e sim é um ruído constante, só quem tá lá que vê. Eu morei um pouquinho para cima da subestação, eu ouvi o ruído. E engraçado que onde eu estou morando agora, eu não ouço o ruído.

Aí, pouco tempo, eu fui saber que eu tenho problema de audição que vem resolvendo o pequeno curso, né? Então assim, a gente população sofre. E silenciamento porque são selecionados, são calados o tempo todo então a gente quer ter nossa voz também e também o olhar para aquelas crianças que não conseguem falar porque ali tem portadores de criança com TEA, tem criança com TDH, meu filho tem esse transtorno e às vezes ele tá muito agitado. Às vezes ele tá irritado. Ele não consegue falar o porquê, mas eu fiz uma pesquisa para tentar entender como o ruído chega até ele.

E isso é uma coisa que machuca muito então eu peço que você vá lá nos visitar não só nós como as crianças e olhar para eles também que esse transtorno pode ser causado, eu fiz uma pequena pesquisa, né aqui fala que é população mais sensível, o excesso do barulho complicações da Saúde Mental também pode repercutir tem um Trono constitutivos e aprendizados bem seres Associados a transtorno de Déficit de Atenção hiperatividade. Isso é um caso só do IDH, imagina de um TEA. Assim, agradeço, obrigada.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada, senhora Adriana Moretto, vamos passar para a próxima inscrita, a senhora Cleusa Maria da Silva. Boa noite, senhora Cleusa.

- Cleusa Maria da Silva, inscrita pessoa física

Boa noite. Boa noite a todos. Eu quero dizer que eu acompanho esse projeto da subestação desde o início e a gente ouve sempre as mesmas coisas que nada iria acontecer e não ia ter nada, mas a gente sofre muito. Eu moro próximo a uma subestação também, né? E eu sei muito bem o que a Lilian quis dizer aqui porque ela é pior do que na minha casa, então é impactante. E desde o início a gente teve muito problema. A gente teve que interditar ali a subestação para poder fazer o asfalto porque não tinha, foi arrancado o poste, cratera enorme quase engolir as condições e a gente sofreu muito com isso. A gente teve muito trabalho e muito transtorno, então a gente gostaria de passar um vídeo sobre isso para que vocês vissem, né? Tudo isso aí, tá bom?

Então, eu gostaria de saber o que a gente poderia ter de recompensa, né, ou de alguma ajuda porque o nosso bairro Boa Vista está esquecido, né? Nós ficamos só com a subestação com os transtornos, mas benefícios nós não tivemos nem algum até agora então eu gostaria muito de falar que todas as pessoas que a linha vai passar perto da casa próximo vão ter muito problemas, mas a gente espera, né, que vocês sejam sensíveis aos problemas da gente e que nos ajudem. Gente, pelo amor de Deus, nós precisamos muito disso. A gente está sofrendo, estamos falando de pessoas, de gente, né? Eu gostaria muito que vocês, né, pensassem nisso o bastante estudar ser bem o caso e resolver esse também.

É só isso, boa noite para todos, né? E é só isso que eu tenho a dizer, mas vocês podem olhar o vídeo é muito impactante sabe gente deu polícia deu tudo ali então essa gente não tivesse interditado não. Teria, vi, aí do Lar é feito o asfalto fizeram ali subir a carro e descia e quase tinha acontecia acidente por causa disso, então tem que ver isso daí também quando for transmitir é fazer as coisas para poder não ter problema com as pessoas e boa noite a todos. Obrigado.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito obrigada, senhora Cleusa pela manifestação. Vamos passar à próxima inscrita, senhora Rosemeire Rodrigues de Lima. Boa noite, senhora Rosemeire.

- Rosemeire Rodrigues de Lima, participante

Boa noite. Boa noite a todos. Eu tenho uma dúvida, as perguntas que nós vamos deixar meio no ar, vai ter resposta?

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Sim, as perguntas serão encaminhadas para CETESB, também para o empreendedor. E no momento oportuno serão respondidas. Também ao final aqui da segunda etapa da plenária do CONSEMA, perdão, da plena... perdão, da audiência pública, da segunda parte da manifestação do plenário, a empresa responderá as perguntas.

- Rosemeire Rodrigues de Lima, participante

Ah, tá bom, eu vou deixar algumas perguntas também, esperarei a resposta. Eu gostaria de saber se eles têm ciência de quantos moradores têm na área rural do Boa Vista? Eu gostaria que eles me respondessem isso.

É também gostaria de saber se eles também têm ciência de um rapaz que estava fazendo um esporte de paragrade, ele caiu na subestação se eles também têm ciência. Né, então são fatos sérios, eu sou da equipe comunitária de saúde, eu estou fazendo essa pergunta porque como o meu trabalho é de casa em casa, então a gente sabe as queixas que se têm dos moradores e são sempre as mesmas: o ruído. Né? E aí o nosso trabalho é o quê?

Eu também ouço o ruído, eu moro distante há uns 3 km, mas eu ouço, eu ouço da minha casa o ruído e penso muito nas pessoas que estão morando praticamente embaixo da subestação, né? Onde se tem gestantes, idosos, pessoas com algum tipo de deficiência, pessoas que muitas vezes não entendem o porquê que estão passando por aquilo.

E a gente gostaria também que fosse passado, quais os danos que provoca?

Quando a pessoa reclama do zumbido, de dor de cabeça. Será que é só um médico que pode responder isso porque o meu neuro não sabe me responder dos problemas que eu tenho hoje.

Eu estou afastada quase dois anos, tem uma amiga que também já está para se afastar e que mora bem próximo da subestação, nós trabalhamos na saúde e nem o neuro nem o psiquiatra que ficam faz isso. Fazem aquilo, né? Você está com manchas brancas. Você está com perda de memória, você está com isso, com aquilo, é o zumbido então assim.

Eu acho que a saúde, né? Eu acho importante plantar árvores, mas eu acho que mais importante é cuidar de vidas para que cuidem nessas árvores, não adianta nada. A gente fica batendo numa tecla e essa reunião linda que teve aqui, vocês falam muito

bem, estão de parabéns, mas isso deveria ser dito lá numa reunião, lá podia ser na casa da Lilian que ela mora embaixo desse zumbido para ver se prejudica alguma coisa se vocês se sentem incomodados, né? Então assim isso é um desabafo mesmo, tá bom? Eu falo assim, porque são quase 19 anos trabalhando com pessoas. Com gente, né? E no momento a gente tá tendo as orientações, mas nada. Tô tomando medicamento para dormir.

Ai, mas durante o dia, minha cabeça dói. Tomo Dipirona. Mas vai ter. Vai ter mais monstro chegando, né? E é muito triste, porque desde o início, gente foi muito vergonhoso quando chegaram aqueles Monstros.

Eu estava de férias e eu cozinhei e levei comida para os funcionários que não estavam recebendo o seu salário. Eu cozinhei para mais de 25 homens e eu levava no meu carro com a ajuda dos moradores que me doaram alimentos para eu cozinhar e levar para pais de famílias que não tinham dinheiro para voltar para a Bahia.

Então assim quando se fala que tudo isso aqui ó, passa por Fulano, beltrano, ciclano é mentira porque não tem fiscalização. Vocês entenderam as pessoas são ali tratadas pior do que os bichos que temos que cuidar. Porque eles não tinham onde ficar porque não tinham dinheiro para pagar hospedagem onde eles estavam aqui na cidade.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Por gentileza senhora Rosemeire peço que a senhora conclua por gentileza.

Obrigada senhora Rosemeire. Obrigada. Eu queria só fazer uma ressalva sobre minha fala anterior que eu mencionei a plenária do CONSEMA, vocês me perdoem, na verdade é na terceira parte da presente audiência pública que as respostas serão dadas pelo empreendedor e na oportunidade pela CETESB. Então por gentileza, ressalva é terceira parte da presente audiência pública do plenário da audiência pública. Obrigada. Vou passar para o próximo inscrito, Senhor Marcelo Lacs, e na sequência, o Senhor Francisco Leal.

- Marcelo Lacs, participante

Só antes de abrir o meu tempo, queria tirar uma dúvida. Se alguém que falou por ter tido só 3 minutos quisesse escrever novamente para completar, alguma posição é possível pelo nosso Regimento?

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

As inscrições já foram encerradas uma hora após abertura da presente audiência e também há no nosso Regimento, salvo se fosse dentro desse tempo, mas não a duplicidade da mesma manifestação. Então, no momento, a retornar aqui para falar já falou, já se manifestou, já se inscreveu, não se inscreveu dentro do prazo, não. Mas dependendo do que for, a gente pode ouvir no final.

- Marcelo Lacs, participante

Bom... Não só para entender o senso democrático dessa audiência pública.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Conforme inicialmente apresentado o regimento interno do CONSEMA, bem como as legislações específicas, está tudo regimentado.

- Marcelo Lacs, participante

Bom, eu vou direto ao ponto. Eu sou o Marcelo Lacs, de Atibaia. Muitas vezes a gente participa de audiências públicas e é quase que traje cômico participar delas. Muitas decisões já foram tomadas em gabinetes, isso aqui acaba sendo cumprimento de tabela. Espero que esse aqui não seja, porque o que está aqui em jogo é a saúde das pessoas, não só do meio ambiente, não só dos animais que foram catalogados aqui. Nós estamos falando de vidas de pessoas que estão sendo tratadas como palhas da sociedade. Isso é gravíssimo e é inconstitucional. Se esse processo prosseguir, ele vai prejudicar diretamente as pessoas. E eu tô colocando isso porque tem a ver, muitas vezes, com decisões tomadas em gabinetes que têm por trás o discurso que nós vimos aqui dos benefícios e da necessidade de ampliar a rede para abastecer a grande São Paulo e outros centros urbanos. Isso demonstra como o planejamento no Brasil tá um horror. Você vê lá em São Paulo, qual é os problemas de energia? E vocês vêm com essa proposta de ampliar a rede aqui para abastecer lá, né? Quer dizer, é todo um processo de planejamento muito mal executado no Brasil há anos. E eu coloco isso porque, entre outras coisas, essa subestação foi colocada goela abaixo para a população de Atibaia em 2014, me ensinou aquela memória se eu tiver errado com a informação, projeto instalado em 2016 e na sequência ligou no que ligou o desastre apareceu. Vou usar a palavra desastre por aqui, fique claro para homem bem para vocês estão aqui trazendo. Esse estudo de caso que vocês não estão estudando de fato a vida das pessoas que estão lá. Nós estamos ligados, literalmente, por um fio, as vidas das pessoas de São Paulo. Será que elas estão sabendo do que tá acontecendo, daquilo que elas estão causando prejuízo? Falo isso porque quando apareceu Belo Monte, todo mundo ah o problema de Belo Monte tem que trazer é o mesmo sistema.

A gente vira as costas para as pessoas para resolver problema de outros. Isso se chama transformar pessoas em várias da sociedade. É isso que tá aqui em jogo. Vendo essa apresentação que foi feita 11 tópicos. Isso aqui agora vai para o ministério público, para deputados estaduais e federais. 11 tópicos de propostas de programa de mitigação educacional, controle operacional da instalação, muito para ser induzido durante o período de instalação e nenhum momento se falou de programas de cuidado da vida humana.

E corrija se eu tiver errado. Eu vi aqui 11 tópicos de programas. Eu não decorei rapidamente os nomes, mas nenhum falou da vida humana diretamente afetadas. Então, se a CETESB e outros órgãos, deputados, tiveram que mudar a lei federal, que o façam. Porque no benefício de alguns, outros estão sendo prejudicados? Benefícios para a sociedade: emprego, arrecadação, equilíbrio do sistema de energia brasileiro. Ok. Isso é óbvio. Nós estamos em colapso. Tô lembrando da época do Fernando Henrique que o sistema entrou em colapso e teve que rever todo o problema. Então, quase nessa mesma fase.

A questão é classificar a sociedade dessa maneira inconstitucional e moral. O que que é separe da sociedade são as pessoas que vivem uma condição de exclusão e são consideradas como inferiores pelo resto da sociedade. É o que tá acontecendo aqui. Vocês estão vendo pessoas declararem a sua situação e nós estamos virando as costas. Não dá para seguir assim. Então, esse sinal é para acabar de falar, não.

Sim, tá. Então, eu vou pular tudo que tinha para falar ou você me escreve novamente, por favor. Assim, se não há estudo suficiente que esclareça eles vendam, digamos assim, esse mistério e tá causando danos à saúde e que causa um quadro muito grave de depressão e de problemas de saúde correlatos a sugestão é que esse projeto pare e mais ainda que o da subestação seja revisto

porque não há mitigação feita lá hoje. O que Dirá vocês fazerem mais uma ligação lá então.

Que esse projeto não ande até a ver uma resposta tanto da USP como de outras que possam apresentar o que está acontecendo de fato com a população que mora lá. E segundo, se é uma geração e pagamento de verbas compensatórias. Que fique claro. Qual o plano de direcionamento desses recursos? Para onde eles vão ser direcionados?

E que seja especificamente com alguém citou aqui, tanto na hora do meio ambiente ser feito para a região como para os moradores da região que foram atendidos diretamente. E eu tenho falado só para encerrar e dar um exemplo para ficar bem claro. Inclusive para quem é formado aí estuda bastante.

Ah, o caso de Brumadinho, né, e outros casos. Todo mundo: "Ah, não, eu tô controlando aí", de repente aquele desastre.

E um outro que é muito mais sério que pode estar acontecendo aqui em Atibaia e a gente não quer que aconteça em Atibaia, mina, mata todo mundo. Lembra aqui do da tragédia de Minamata, levaram 50 anos para poderem dizer que aquilo era uma tragédia, era causado por Mercúrio. E qual era a justificativa? Que levaram 50 anos para empurrar com a barriga, entre outras questões. Só para encerrar o fator econômico: a sociedade daquela cidade dependia daquela fábrica. Então, ficou um ciclo vicioso de 50 anos até começarem a aparecer as consequências gravíssimas de saúde. Hoje, com 10 anos de projeto, já acontecem essas situações gravíssimas, e vai me estranhar muito se essa CETESB e todas as entidades aprovarem essa extensão sem ter esses estudos concluídos, é isso.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada, senhor Alex Marcelo Lacs, eu esclarecendo a todos também que após o término da presente audiência pública em até cinco dias úteis, vocês também podem encaminhar manifestações por e-mail, que poderão ser encaminhadas tanto pelo e-mail do CONSEMA, que nós vamos informar ao final, quanto para a CETESB. Tá bem? O próximo inscrito é o senhor Francisco Leal, por gentileza.

Boa noite, senhor Francisco.

- Francisco Leal, participante

Boa noite. Boa noite a todos. Meu nome é Francisco Leal, sou morador aqui de Atibaia e membro do coletivo Sua também, de Atibaia. Queria começar a audiência pública agradecendo ao conselho. A gente tem essa oportunidade, como a Lilian comentou comigo agora essa e ela comentou na fala dela também, essa primeira audiência pública é relacionada a essa subestação que tanto tem causado aos moradores.

Então vamos lá, queria colocar alguns pontos aqui, né? Então é, eu tive a pachorra de ler o estudo de impacto ambiental da JGP. Eu trabalho há mais de 10 anos com estudos de impacto ambiental e com a análise de riscos aos direitos humanos. Eu queria fazer algumas considerações sobre isso. Primeiro é que na avaliação de impacto foram identificados alguns impactos cumulativos, dentre eles a partir do ruído. Então o que eu queria colocar ao CONSEMA e aos profissionais da CETESB que estão aqui é se as medidas compensatórias vão ser integradas ou se vão ficar isoladas ao empreendedor.

Porque, principalmente pela fala dos colegas e moradores aqui, que eu não preciso repetir que eles têm muito mais propriedade para falar do que eu, dos impactos que eles sofrem principalmente no entorno da estação da subestação Fernão Dias, se as medidas compensatórias vão ficar restritas a cada empreendedor em sua caixinha ou se elas vão ser integradas e realizadas de forma conjunta para realmente fazer a diferença. Enquanto essas medidas forem vistas compartimentadas, eu lamento, mas

elas não vão funcionar e se houver novas linhas de transmissão ou qualquer expansão da área, a gente vai ter os mesmos problemas relatados. Então essa é a primeira solicitação que eu faço de sugestão a CETESB e ao CONSEMA: esses impactos cumulativos precisam ser tratados de forma integrada, não apenas por um empreendedor, principalmente no entorno da subestação, mas não só. E vamos lá, então, segunda coisa, acho que reforçar a ótima fala que alguns colegas fizeram, né, da chocante. Acho que essa é a palavra, né? Chocante, distanciamento da população, né? Então, eu fiquei impressionado quando vi a listagem, eu notei aqui na página 262 do estudo, de 10 edificações a menos de 30 metros da faixa de servidão. Quem mora nessas edificações? Há grupos vulneráveis nesses locais? Quais são os conflitos existentes ali? Isso não está no estudo de impacto. É abissal essa informação não estar nos estudos de impacto. É chocante. O estudo relata que foram feitas entrevistas estruturadas com membros das prefeituras afetadas de Atibaia e Mairiporã, entrevistas com os moradores. Eu acho que não, pelo que ouvi aqui. Me surpreende que membros da prefeitura possam falar mais e dar relatos mais importantes do que, por exemplo, o que ouvimos hoje aqui. Isso me choca, porque isso está dentro de um estudo de impacto ambiental. Eu gostaria que fosse diferente e acho que a CETESB deveria solicitar dados primários diferentes em relação a isso para considerar qualquer tomada de decisão que tenha que ser feita relacionada a esse entendimento. E vamos lá, voltando para o próximo tópico, já caminhando para a parte final, que eu sei que o tempo é curto.

Ah, sim, a parte de compensação ambiental. Então, vão ter supressão de vegetação em partes significativas, vão ter, pelo que eu entendi, três unidades de conservação afetadas, dentre elas o sistema Cantareira, APA do Rio Atibaia, mapa municipal e também a APA da Represa da Usina. Vai ter uma quantidade gigante de supressão de vegetação de Mata Nativa, algumas bem conservadas, como mencionou o senhor que fez um ótimo relato aqui. Então, a minha sugestão é que os programas de compensação exijam que a compensação ocorra dentro do município de Atibaia. Claro, para supressão do município de Mairiporã, acontece em Mairiporã, dentro da sua sub-bacia e mais especificamente dentro das propriedades afetadas, principalmente na parte de restauração de APP.

E, por último, dentro desse tópico, uma coisa que eu não vi dentro do estudo de impacto também. Então, eu vou aproveitar a oportunidade para puxar a orelha da JGP novamente. É que esse empreendimento está afetando uma das principais regiões para o abastecimento público de água do nosso município aqui de Atibaia. Eu imagino que vocês não morem aqui e não tenham obrigação de saber disso, mas são dados secundários que estão disponíveis. E eu não vi em nenhum momento no estudo de impacto ambiental. Então, estamos retirando hectares e hectares de mata de uma das áreas que, entre aspas, produzem água para nós. Já vou terminar. E esta semana e nas últimas semanas, nos últimos tempos, estamos sofrendo com a falta de água de forma significativa. Então, estamos falando de um empreendimento que vai afetar diretamente a provisão de água e que não tem uma diretriz clara de compensação, restauração e melhoria desse processo de fornecimento de água para a população também, eu acho. Descabido para falar uma palavra bem polida e não sujar o ouvido dos ouvintes. Então, estas são as sugestões que eu gostaria de fazer e agradecer mais uma vez a oportunidade desta audiência pública e também para amenizar a população pela fala. Aprendi muito hoje. Obrigado.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada Francisco Leal, pelas manifestações, verificando aquela listagem de inscritos, finalizou aqui as inscrições de pessoas físicas. Não houve inscrições dos representantes de órgãos ou entidades públicas nem de membros dos conselhos de Meio Ambiente. Assim, vou passar para o próximo segmento.

Então, com licença, passando para o próximo segmento, que são os parlamentares. Eu chamo para compor aqui a Tribuna a senhora Ana Betater. Muito boa noite, senhora Ana. O prazo é de 5 minutos. Boa noite a todos.

- Ana Betater, parlamentar

Primeiramente, eu gostaria de registrar minha estranheza por não ter inscrição de um representante do Poder Executivo. Ou eu estou equivocada?

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Teremos aqui na ordem seguinte, após os parlamentares, conforme nosso Regimento inicialmente apresentado, a última fala do representante que é do secretário que se encontra escrito

- Ana Betater, parlamentar

Perfeito. Que bom que você esclareceu, porque estava realmente bem estranho não ter essa presença, essa participação de representante do Poder Executivo Municipal. Deu a entender que o poder executivo e legislativo também não havia registrado em inscrições, mas entendi os esclarecimentos e agradeço. Obrigada. Antes de mais nada eu quero registrar que, de acordo com o seccionamento da linha de transmissão da subestação Fernão Dias, objeto da presente audiência pública, dos quase 33 km de extensão, 31.8 passam por vários bairros do município da Estância de Atibaia, predominantemente bairros rurais distantes do centro da cidade. E por mais que seja importante o CONSEMA e a CETESB estarem aqui registrando essa audiência pública, seria importantíssimo que esse canal acontecesse em um dos bairros afetados para que as pessoas tivessem condições de participar. Para quem não sabe, o trabalhador do campo encerra seu trabalho porque ele tem entregas, produtos perecíveis que, se ele não colhe, não entrega, ele perde e é um prejuízo extremamente grande. E muitas vezes, ele tem compromissos com fornecedores que não tem como deixar de honrar, horário de buscar filhos na escola, levar filhos para escola.

Enfim, além do que, neste local escolhido para a reunião, quem vem da área rural teria que, no mínimo, enfrentar dois ônibus para ficar aqui, mais dois para voltar. No entanto, Atibaia não teria condições para esses territórios de oportunizar, porque os horários desses bairros seriam conflitantes. E essas pessoas teriam realmente muita dificuldade de vir para uma situação de extrema relevância que estamos tratando aqui.

Então, eu quero pedir à representante da CETESB que leve o pedido como representante da população do município da Estância de Atibaia que sou de suspensão da tramitação do processo 173/2023 em ambientes 048 204/2023-01, até que dados primários e secundários sejam encartados e/ou complementados nos estudos que foram trazidos aqui por representantes da Isa que estão cumprindo o seu papel de colaboradores da companhia, mas o papel aceita tudo e o testemunho, os dados, imagens e vídeos que foram trazidos aqui pelos oradores que me antecederam comprovam que, na teoria, é possível tudo que foi registrado pelos profissionais competentes, mas na prática, os transtornos vivenciados por essa

população são infinitamente maiores do que aquilo que o papel está trazendo, e não podemos desconsiderar, principalmente, o elevado ruído que não é uma coisa simples. Aqui foi uma filmagem num equipamento simples e no momento em que você está no local, e eu já tive a oportunidade de ir lá, a situação é extremamente gravosa.

E ouvi a pedir à CETESB para revisar o projeto de autorização anterior para encontrar medidas de mitigação, porque essa população não pode permanecer exposta da forma que se encontra. Isso é fundamental. Então, em nome da população de Atibaia, em nome da população afetada nesses quase 32 km de possível extensão dessa linha de transmissão, eu reafirmo o pedido de suspensão até que esses estudos sejam feitos e que se oportunizem um espaço de escuta das principais pessoas envolvidas e que os meios de mitigação sejam colocados de uma forma transparente para que as pessoas saibam que elas estarão seguras e que os problemas, as emissões dos campos elétricos e magnéticos não vão afetar a sua vida e que se coloque o número de pessoas entre idosos, crianças, jovens. Enfim, pessoas que têm problemas de saúde e que os transtornos dessa obra e principalmente da operação podem agravar ainda mais essa situação, porque a vida, a qualidade de vida das pessoas é algo que nós não podemos perder de vista.

Infelizmente, em nenhum momento, com todo respeito aos profissionais que aqui estão, vocês demonstraram essa preocupação com as pessoas, com a qualidade de vida delas, com o bem-estar delas. E é nesse sentido que eu ratifico esse pedido de suspensão, e eu gostaria de receber essa resposta dentro do prazo que você sinalizou que seria na sequência da resposta da empresa e da representante da CETESB. Pois, caso contrário, vamos mais uma vez nos unir aos moradores que vocês ouviram em momentos anteriores para poder fortalecer. E, como foi dito pelo orador anterior, nos unirmos a deputados federais, senadores, ministros, ao Papa, se necessário for, para poder garantir que esse processo realmente não vai ser pior forma somente para cumprir etapa legal e que vocês realmente estão aqui dispostos a ouvir e encontrar caminhos para poder solucionar da melhor forma, primando pelo bem-estar da população.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito obrigada, senhora Ana. Eu vou passar a próxima inscrita, vereadora senhora Ana Borges. Muito boa noite, senhora Ana.

- Ana Borges, Vereadora e Vice-presidente da Câmara Municipal

Boa noite a todos. Eu sou vereadora Ana Borges. Estou aqui como vice-presidente da Câmara Municipal, juntamente com a colega aqui. Como vocês perceberam, duas representantes, apenas mulheres aqui, né, mas eu vou até dizer o motivo que só tem talvez nós duas aqui porque isso foi muito mal veiculado. Isso aqui chegou simplesmente pelo meu e-mail. A minha assessora ficou procurando pelos canais da prefeitura se alguém tinha feito algum post falando, se alguém do CONSEMA mesmo, desculpa CONSEMA tinha feito também algum, alguma nota oficial nos jornais da cidade. Não saiu em nenhum Jornal da cidade, nós temos vários outdoor, várias placas saiu pelo Diário Oficial do Estado de São Paulo, desde o dia 21 de pessoas simples que pega um telefone que pega um celular diariamente ou um jornal pudesse ter conhecimento.

Eu tive conhecimento porque eu estou próximo da Secretaria de Meio Ambiente, porque senão também não estaria. A Ana está aqui está sabendo porque está próximo de pessoas próximo do movimento e assim é. Então, como eu estou aqui

representando a população de Atibaia, não importa o bairro porque nós estamos falando de vários bairros, são 32 km, nós estamos falando de uma cidade onde existem pessoas e seres humanos. Eu estou até esse momento ainda impactada com o que a Gisele veio aqui falar. Ela está preocupada com a família dela. E assim como um bichinho acuado como cada uma como Lilian que falou. Ela está preocupada com a família dela. E é simplesmente. Isso é só vocês como empresa particular privada aonde o que importa é dinheiro muitas vezes que vocês, por favor, olhem para as pessoas que estão no entorno. Não é pagar R\$ 10 para uma terra que vale 100.000. Isso não vai ajudar a família dessa pessoa, atirar ela do que ela viveu a vida inteira do Agro a viver da terra a beber água do correço igual comer o peixinho do correço e ele tem que se mudar pra um prédio que está construindo que a gente vai isso. Não é justo isso, não é justo isso assim, realmente gente é uma falta de amor ao próximo. Vamos falar agora um pouquinho de Deus é falta de amor ao próximo é falta de olhar o problema do outro, eu não estou aqui para fazer demagogia nem aqui para fazer ninguém chorar. Mas nós estamos aqui pensando em pessoas, o Agro importa a vida das pessoas importa eu com o poder legislativo, eu fico triste de saber que eu a Ana a gente não tem voz perante um conselho que é do estado daqui a Secretaria de Meio Ambiente que nunca muitas vezes você nem consultivo, não é nem consultado para saber se isso é justo ou não é justo na nossa cidade é uma cidade onde nós crescemos nós nascemos e crescemos para vocês são de cidade grande, talvez ah bastante pequenininha tem nem 200 mil habitantes ali, mas é onde nós nascemos onde nós queremos nossos filhos, aonde meu neto vai nascer e vai nascer aqui numa cidade aonde já está com essa onda magnética que a gente não sabe ao certo, porque não foi feito isso tudo ainda então vamos aguardar os estudos, vamos aguardar as etapas para serem concluídas de fato de verdade. Porque existem pessoas isso é fauna, flora, a nossa água tudo importa porque é nosso e quando é nosso a gente guarda bem guardadinho a gente cuida, porque faz parte da nossa vida e é o que nós amamos e Atibaia é o que nós amamos é o que nós cuidamos é o que nós queremos preservar, por isso que tem essas poucas pessoas que estão aqui estão falando com tanta avidez por quê? Porque o que elas amam porque o que elas estão sentindo e só não tem mais pessoas aqui e eu tô triste com isso porque vocês que organizaram poderiam ter escolhido um colégio público pra tá sendo usado e tem escola no bairro. Por que que a gente não foi lá no bairro? Posso ter certeza que estaria lotada essa reunião? Não tô nem falando do centro da cidade porque eu sinto as pessoas também exigiriam que as pessoas que moram na zona rural, tivessem que pegar ônibus e isso teria um outro transtorno, mas se fosse no bairro delas numa escola pública Estadual não precisa nem ser municipal.

Também seria perfeito e a reunião estaria muito mais cheia e realmente vocês não ia dar conta de 2 horas fazer uma audiência pública com as pessoas tendo que falar o que elas estão convivendo e vivendo porque quando a gente não convive com o barulho desse com o transtorno que é com a sujeira do outro. A gente não tem como falar agora quando a gente vai disputar a população a gente consegue sentir como eu senti o que a Gisele falou eu me senti que a Lilian falou e tantos outros aqui, muito obrigada gente, uma boa noite, meu gabinete está à disposição.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Obrigada senhora Ana Borges, vou passar para o próximo inscrito do dirigente do Poder Executivo Senhor Daniel Borges de Atibaia secretário de Meio Ambiente.
Boa noite, senhor Daniel.

- Daniel Borges de Atibaia, Secretário de Meio Ambiente

Boa noite a todos, levei um susto ali quando disse que o poder público não estava escrito, mas tá tudo certo. A gente eu entendi perfeito. Meu nome é Daniel Borges, sou secretário de Meio Ambiente, sou o presidente do CONDEMA. E tenho a missão aqui hoje de falar de pessoas.

O poder público como foi acionado aqui por diversas fala primeiro precisa me entender que esse empreendimento é alheio à vontade do poder público evidente que se o poder público os consultados é parte do rito do licenciamento ambiental. Isso não estaria acontecendo.

Preciso falar de duas etapas primeiro preciso falar da subestação. Depois gostaria de falar da linha, falo a CETESB e ao CONSEMA, entendo todo o rito de licenciamento Legislação Federal o que faz parte ou não? Ou a gente entende que algumas falas aqui evidentes que vocês não conseguem atender, porque não tem conhecimento técnico. Mas preciso falar dessa seguinte parte, eu acho pouco provável que a emissão do ruído e o som Esteja dentro da licença de operação da subestação.

Precisa reavaliar esse item esse item tem emitido sons. Ficou claro aqui, a gente teve no local, que ultrapasso o limite das licenças de operação precisa rever o licenciamento ver se é IBAMA ou CETESB, mas o órgão licenciador precisa se atentar isso pessoas estão ficando doente onerando o poder público municipal. Quanto à linha de transmissão, quero corrigir o colega aqui é a APA do Rio Atibaia é tão importante quanto o sistema da Cantareira, a cidade de Atibaia é produtora de água. Vocês precisam de uma manifestação do Conselho da APA do Rio Atibaia, existe um protocolo, site, solicitem os técnicos da prefeitura não faz extensão da consultoria tá?

Então, peçam uma orientação e faça uma solicitação precisa ter um parecer favorável da unidade de conservação o Rio Atibaia para nossa cidade é extremamente importante quero dizer aqui para os moradores para as pessoas que vocês estão de parabéns, esse momento é o momento de se manifestar. Esse momento é o momento de pedir atitude dos órgãos públicos é a primeira vez que era parabenizar o CONSEMA por ter olhado para Atibaia e ter feito essa audiência pública aqui as outras não foram feitas nas cidades e pouco divulgada confesso a vocês pouco divulgada. Quando vocês mandam o material para prefeitura as pessoas não entendem se é a prefeitura se é a CETESB. Quem é que tá fazendo audiência pública, né? E o poder público municipal não tem responsabilidade de fazer a divulgação disso entendo que vocês seguiram A Lei e fizeram dentro do escopo, né, mas quero parabenizar obrigado por ouvir a cidade. Gostaria de requerer aqui a empresa.

ISA dizer assim Olhem a legislação Municipal faça uma compensação dentro do município, se precisar de área a gente coloca a gente fica à disposição. Tá bom então eu coloco aqui à disposição, quero colocar minha disposição a pedido do governo que o poder público vai auxiliar a vocês na avaliação do imóvel. Se precisar de ajuda. Se tiver necessidade ou poder público vai fazer existe dois impactos principais emissão de ruído e a desvalorização das propriedades as pessoas que me anteciparam aqui quando dizem.

Tá o meu compromisso hoje Lilian de fazer a gente não teve a gente não teve oportunidade de conversar antes pedir para conversar com você com todo o movimento, infelizmente as nossas agendas não foi possível, mas fica à disposição para a gente fazer isso é um compromisso da Secretaria de Meio Ambiente e a gente vai fazer tá bom? É evidente que as pessoas nasceram no bairro, né? As pessoas nasceram o bairro escolheram ficar lá herdaram as propriedades. Elas não têm a necessidade não podem sair de lá, né? A

característica da atividade a característica das pessoas são diária Rural. Eles podem escolher tem o direito de escolher isso o

que precisa se discutir é a mitigação dos impactos, mas de uma forma efetiva de uma forma efetiva e isso precisa ser sanado. Eu eles não suportam mais ficar mais seis meses com essa emissão de som. O grande problema é fala de todo mundo é a emissão do ruído precisa ser observado isso.

Né as empresas que vêm prestar o serviço fazer que são terceirizadas da terceirizadas causam Impacto local, tem uma grande extensão de asfalto até a subestação é detonado toda vez que tem uma infraestrutura e as pessoas falam não não tá nosso contrato evidente que poder público tem que se desdobrar e lá e sanar um problema que é causado, né? Então fica meu apelo para a empresa para ISA peço encarecidamente para CETESB, verifique isso, né? Ou senão a gente vai ter que acompanhar junto ao Ministério Público essas questões a gente precisa entender é o porquê disso, né? Se tá dentro do limite de emissão, né? Se tá ultrapassando, né? Então fica aqui o meu apelo a CETESB me coloca à disposição é tem um bom relacionamento com a CETESB, o município faz licenciamento ambiental na mudança da legislação agora a área rural tá vindo pra nossa competência de fiscalização definitiva.

A gente vai ter fiscalização na área rural, a gente se coloca à disposição de atender a população de Atibaia e trabalhar em prol da população. Tá bom? Muito obrigado. Boa noite a todos.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Muito obrigada, Senhor Daniel Borges pelo ponto... Por pontuar cada esclarecimento. Bem finalizadas as inscrições vamos passar para a terceira etapa que se trata dos comentários e as respostas pelo empreendedor. E antes que eu chame aqui o senhor Marlon, eu gostaria de perguntar alguém no plenário que tenha realizado a inscrição dentro do tempo regimental e que não foi chamado. Todos que se inscreveram foram chamados? Tá bem. Então, vamos passar para terceira parte, eu chamo então aqui para apresentar as respostas o senhor Marlon Rogério Rocha.

- Débora Fiaschi, gerente de Meio Ambiente e Fundiário da ISATEP

Pessoal, muito bom, esse é o momento de ouvi-los. Então esse é um momento eh propício para isso e nós estamos aqui com a escuta ativa e ouvido aberto para poder eh, ouvir o que vocês tinham a dizer nós já temos conhecimento, né das questões como falar de inicialmente. Inclusive das questões de ruído na subestação Fernão Dias e eu começo dizendo que, esse empreendimento, ele vai instalar um seccionamento de linha de transmissão como que foi apresentado essa subestação Fernão Dias, não é de propriedade da ISA CTEEP o equipamento que a ISA CTEEP tem nessa subestação é feito estudos de ruídos antes em fábrica durante a implantação e durante a operação. É, esse processo está sendo licenciado pela CETESB e é importante colocar aqui que um dos pontos exigidos pela CETESB é esse acompanhamento da emissão do ruído e é uma exigência que esteja

dentro da norma de ruído tá então é importante que todo mundo saiba aqui que essas questões de implantação de equipamentos dentro de subestações, tem que é obrigatório, né? Tá dentro do índice de emissão permitido de ruído pela legislação pela normativa vigente. Esse é o primeiro ponto é quando a gente começa falando aqui de processos. Ah, a gente tá implantando é uma empresa privada assim, nós somos uma empresa privada e existe um documento que chama Declaração de Utilidade Pública empreendimento que vai trazer um bem comum a todos inclusive para poder é trazer uma confiança energética para o próprio município de Atibaia e em torno. Então isso é importante também que vocês saibam tá? Esse

empreendimento. Ele foi é autorizado através de uma resolução autorizativa pela ANEEL que a Agência Nacional de Energia Elétrica, então foi Estudo pela empresa de Pesquisas energéticas aonde indicou a necessidade de um reforço de carga então é por isso que essa CTEEP hoje tá aqui ouvindo vocês apresentando um estudo ambiental com a indicação da Alternativa três como melhor alternativa de traçado. E lembrando que esse traçado ele ainda pode sofrer ajustes tá pequenos ajustes, mas é possível envolver. Antes de passar a palavra aqui pro pra equipe da JGP, eu queria colocar para vocês que nós estivermos é presentes aqui com vocês antes mesmo antes mesmo da elaboração do estudo ambiental ouvindo a mas né? Ah o vinho todos vocês e na elaboração do estudo ambiental para constatar no diagnóstico a JGP consultoria também teve aqui presente com a escutativa para ouvi-los. Então isso consta no estudo ambiental que foi protocolado, nós temos o EIA que é o estudo de impacto ambiental e o RIMA é o relatório de impacto.

Gente que é uma forma resumida do estudo ambiental que é algo bem complexo bem detalhado que traz o diagnóstico do meio físico biótico e socioeconômico não socioeconômico ouvindo a população. Tá bom então, eu só queria reforçar aqui que nós em fevereiro de 2023 tivemos aqui procurando pela Mas ouvindo vocês conversando com vocês. Inclusive com troca de telefone troca de telefones, né e esclarecendo alguns pontos e também gostaria de reforçar que nós tivemos em um segundo momento através da JGP ouvindo para poder constar no estudo ambiental.

Obrigada.

Não, não vai. A nossa linha vai instalar uma quantidade de estruturas para seccionar da subestação Fernão Dias, que é a subestação existente, até um ponto de uma linha existente em Mairiporã. O nosso empreendimento, que foi autorizado através de uma resolução autorizativa, não vai instalar compensador. E é importante também aqui, antes de passar a palavra, colocar para vocês que nós estamos aqui no município de Atibaia com vocês desde 2011. Nós já instalamos uma subestação, e fiquei contente de não ouvir nenhum ponto da subestação. Ela está em operação desde 2013, foi instalada em 2011 obtida através da CETESB, que reforço é um órgão exigente, um órgão íntegro que existe nessas questões de controle de ruído. Então, nós temos uma subestação da ISA CTEEP instalada no município de Atibaia, fica próximo do frango assado, sentido São Paulo, Minas, sentido Minas, São Paulo. Mas é uma subestação de energia, estamos aqui. É importante colocar que existe uma subestação de energia, e outra coisa, gente, independe do tamanho, tá, é a questão de equipamentos que causam a questão do ruído.

O empreendimento que nós vamos instalar? Não, a resposta é não. A chegada da linha tem a instalação e conexão de alguns equipamentos. Equipe técnica, qual o nome do equipamento? João, pode vir aqui por gentileza?

- João Felipe, engenheiro de Meio Ambiente da ISA CTEEP

Boa noite. Me escuta melhor? Lilian, veja se eu entendi a sua questão: existe um equipamento que você já tem ciência que é um dos principais causadores de ruído na subestação. Certo, que não é da parte da ISA CTEEP, e você quer entender se a entrada da linha pode ter um uso maior dele, correto? Não é que acontece na subestação, ela pode ter várias funções nessa situação grande e complexa que é o que a Débora destacou. Mais que o tamanho, são os equipamentos que geram ruído específicos, o tipo do equipamento. Então, lá, a gente tem dois tipos de equipamento que têm um foco de fonte de ruído: são os transformadores, que é de uma concessão, e os disjuntores, que são de outra concessão. Teoricamente, são funções separadas,

então não tem interferência nenhuma com a questão dos disjuntores. Qual a questão do transformador? Até expandindo a sua pergunta, existe até uma tendência de baixar, porque o transformador, em sobrecarga, ele sai da sua melhor operação e pode ter uma elevação de ruído, mas isso é muito sensível, via de regra. O que é o impacto de ruído? Os equipamentos que vão ser instalados são equipamentos bons, a gente tem semelhantes no nosso uso de casa, são disjuntores. Assim como elas têm os disjuntores nos nossos painéis de casa, então, eles têm uma operação muito esporádica com um ruído de segundos, na verdade milissegundos, eles têm que abrir em milissegundos, a gente tem uma percepção maior e eles não atuam todo dia. Não sai fogo, nada, mas é muito rápido e na sequência. Chaves quinta, a gente considera que não tem ruído nenhum porque ele é uma abertura mecânica com um, é como se a gente tivesse uma chave que desconecta, como sempre tirasse a tomada da nossa tomada de casa. O equipamento, então, esses são os equipamentos principais da subestação, fora alguns que a gente utiliza para medir e controlar, que não tem ruído zero, porque ele não tem nenhuma operação mecânica, então, é fechando a resposta, por favor, me conforme se esclarece a sua questão, não tem relação com disjuntores, porque é uma outra função, não tem relação com o transformador, porque não vai mudar significativamente o impacto de transformação. Se mudar, é capaz que melhore, mas eu acredito que em questão de ruído, seja insignificante. Os equipamentos que a gente vai estar lá têm um perfil de ruído muito esporádico e de curtíssimo tempo.

Exato. É porque os equipamentos, na verdade, esses equipamentos são só para conectar a linha existente. Então é só uma expansão da conexão, é como se no filtro de linha da nossa casa a gente colocasse mais um espaço de tomada. Não tem transformador novo.

- Débora Fiaschi, gerente de Meio Ambiente e Fundiário da ISA CTEEP

É importante ressaltar essa questão de que não tem instalação de transformador para atender esse empreendimento nosso da ISA CTEEP, tá? É isso é importante e eu ressalto novamente que é uma das exigências de todos os processos de licenciamento da CETESB, que é o órgão licenciador que tá aqui apresentar a questão das medições do ruído antes, durante e depois.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Dá licença, por gentileza, pode levar o microfone para que registre a pergunta dela, por favor?

Muito obrigada, é que a senhora colocou que são feitas todas as medições, né? Conforme preconizado, mas lembrando que nós estamos trazendo na subestação Fernão Dias esse problema percebido pela população, trata-se de ruído de baixa frequência, ruído tonal que não está sendo medido pelos equipamentos normais desse perímetro. Isso já foi constatado pelo IBAMA e já foi determinado pelo IBAMA, pelo Ministério de Minas e Energia o estudo, justamente por conta desse impacto que persiste sobre a população; mesmo apresentando-se laudos dentro próximos da conformidade, dentro não, mas próximos da conformidade, só gostaria de que para as pessoas entenderem? Porque senão as pessoas ficam sem entender, né?

- Débora Fiaschi, gerente de Meio Ambiente e Fundiário da ISATEP

É importante a sua colocação, eu volto, eu reforço, é mais putativa, é um momento que a população tem para ser ouvida, então assim quando vocês trazem as questões

empreendimento, mas eu quero destacar que nós estamos na fase inicial o traçado da linha de transmissão, ele ainda pode sofrer ajustes, né? Aqui é o traçado preliminar é o traçado feito com as informações disponíveis nesse momento levantamento cadastrais.

É cadastramento fundiário das propriedades levantamentos com mais com escalas cartográficas mais detalhadas topografia tudo isso é feito a partir da aprovação da viabilidade do reconhecimento da viabilidade ambiental é do empreendimento com Posse. A partir disso o empreendedor vai efetuar os esforços necessários para avançar no detalhamento do projeto ajustar o traçado que for possível. E aí sim solicitar sua licença de instalação pra CETESB.

Outro aspecto fundamental é o detalhamento dos programas, né? Tudo que está sendo proposto dentro do EIA e é proposto de forma independente pela equipe técnica, né? Ele pode, ele poderá, deverá ser inclusive, essas propostas, esses programas complementados por recomendações decorrentes de sugestões aqui da audiência pública, como por exemplo. E também como por exemplo não e também da análise técnica da CETESB. A equipe já está avaliando o estudo de impacto ambiental, ela já fez recomendações para a adoção de medidas adicionais e de medidas executivas para a execução da obra justamente para reduzir o potencial de impacto ambiental, por exemplo, na questão relativa à supressão de vegetação dentro da faixa de servidão aos traçados ao processo de lançamento de cabos que são atividades que têm reconhecido o impacto ambiental que acaba muitas vezes exigindo abertura de picadas, aberturas de larguras mais efetivas para fazer esse trabalho durante a montagem, durante a construção da linha.

Então tudo isso está sendo considerado e deve ser executado aqui nesse empreendimento de modo a causar o menor impacto ambiental possível.

Quanto à questão das pessoas afetadas, né, todo o mapeamento que foi feito, o estudo de traçado, que resultou na descrição na seleção da alternativa 1, foi porque essa alternativa é a de menor impacto, principalmente social. As outras alternativas, dada a localização da Alternativa três, da comparação com as outras alternativas, têm significativamente mais interferências, mais sobreposição com benfeitorias, tá? Essa aqui é que foi a menor nesse aspecto e ainda pode ser reduzida a partir do detalhamento do projeto em nível executivo que se faz como em toda e qualquer obra após a expedição da licença prévia, o requerimento de licença de instalação que vai para a CETESB já vai com um traçado mais refinado, mais ajustado justamente para reduzir esse tipo de interferência e esse tipo de impacto, seja na cobertura vegetal ou nas benfeitorias e na ocupação.

Quanto às pessoas são afetadas dentro desse espaço é que inclusive a equipe fundiária está trabalhando avançando nesse levantamento. Nós não temos residências dentro da faixa de servidão, tem benfeitorias, muitas vezes rurais. Há um exemplo da situação assim que é mais, vamos dizer, crítica do ponto de vista da afetação. Ela está lá no encontro lá na chegada na subestação, lá na chegada da subestação é o traçado, infelizmente você não consegue chegar por qualquer lado da subestação, tem um local de chegada que é definido, é o local do porte. Onde os cabos da ISA CTEEP vão conectar com os outros equipamentos da subestação. Então lá tem uma edificação, por exemplo. Tem uma chácara, tem uma quadra, né? Tem uma edificação. Acho que é do senhor, do senhor, do acho que se não me engano é do caseiro, é uma edificação de apoio. Tudo isso está levantado, né? Não é que não está dizendo que o projeto não causa interferência ou não causa impacto, tudo isso foi identificado está no estudo está sendo levantado agora pela equipe e cada situação de afetação vai ser tratada individualmente, mas no momento oportuno porque muitas são eventuais interferências elas poderão ser eliminadas na fase de detalhamento do projeto.

- Débora Fiaschi, gerente de Meio Ambiente e Fundiário da ISATEP

Aproveitando essa parte fundiária, é feito todo um levantamento, cadastramento desses proprietários, é feito um caderno de preço, né, uma pesquisa de preço na região então o valor é ofertado na indenização, é um valor levantado através de pesquisa de preço, tá, é o valor justo pago na região.

É bem, como bem lembrado pelo time fundiário, são duas empresas envolvidas para esse projeto para que a gente possa tirar, realmente as dúvidas, né, e a prova de um valor para o outro. Então, tem duas empresas focadas nesse empreendimento específico fazendo esse levantamento, essa pesquisa de preço na região e eu vou aproveitar e já responder a pergunta que agora não me lembro do nome da pessoa que falou sobre... Antônio? Senhor Antônio, que perguntou sobre a isso, obrigada, sobre a realocação da reserva legal. Isso é responsabilidade do Empreendedor então para ser mais clara, responsabilidade da ISA CTEEP, essa realocação da reserva legal é responsabilidade da ISA CTEEP, tá bom?

- Marlon Rogério Rocha, geógrafo e coordenador da JGP

Deixa, deixa assim, vamos, vamos só, só vamos dar sequência aqui dentro do do processo e fazer hã continuar as respostas então a questão da de quanto são afetados, né, aí entra a questão do Senhor Takahashi era a próxima aqui que eu ia responder uma questão da reserva legal se tem a reserva legal dentro da faixa de Servidão todos os procedimentos de despesas decorrentes da necessidade de realocação de averbação e outras áreas é de responsabilidade do empreendedor é o senhor mencionou a questão da nascente tá ali próxima dentro da sua propriedade o outro proprietário rural também mencionou a questão da nascente justamente por conta da importância dos recursos hídricos da questão do tipo de relevo que existe aqui eu ressaltar. Inclusive durante a minha apresentação a questão desse cuidado das medidas e dos programas que são previstos justamente para reduzir qualquer efeito adverso sobre os recursos hídricos é lógico o impacto potencial de causar um processo erosivo.

Causar um processo de ordenamento é um impacto previsto tá, é inerente a um tipo de obra que envolve alguma movimentação de terra, tem que ser feito o máximo possível justamente para evitar. E isso tem que ser feito é feito e é feito com inúmeros exemplos com sucesso tanto nos projetos que eu trabalho como em projetos que a gente inclusive trabalha com a com a ISA aqui no estado ou fora do Estado e com outros empreendedores é perfeitamente possível adotar medidas de controle de erosão que vão proteger esses cursos de água. Além disso, outra questão é a questão da locação das torres. Isso está sendo feito e é feito um trabalho com lupa muito detalhado justamente pra colocar torres numa, sempre que possível e na maioria das vezes é possível a instalação das torres fora das áreas de preservação permanente tá, dada a importância dessas áreas é para a questão da proteção dos recursos hídricos e também pela cobertura vegetal. Então isso é feito, isso é processo de ajuste fino do traçado na fase de obtenção da licença de instalação.

Então, a gente espera que os impactos nos recursos hídricos sejam os mínimos possíveis em decorrência da implantação desse empreendimento, desde que as medidas, evidentemente, sejam corretamente implantadas pelas empresas envolvidas durante a construção e com supervisão e responsabilidade final da ISA CTEEP. Não é que a responsabilidade é do construtor, é do empreiteiro; a responsabilidade final é da ISA CTEEP, enquanto empresa empreendedora. Foi

falado também sobre a divulgação da audiência. A divulgação da audiência seguiu todos os procedimentos com as publicações legais que têm que ser feitas no Diário Oficial, jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, jornal de circulação local. Foi feita também uma divulgação na rádio, na Rádio Jovem Pira FM 102.7, com spots de rádio divulgando, chamando pra audiência pública e convites enviados para diferentes atores sociais, autoridades, instituições, organizações não governamentais, representantes para o Ministério Público, para o poder público, para todos os vereadores, para deputados estaduais, para deputados federais, também até para senadores eleitos para o Estado de São Paulo. Também aqui pro mato também foi feito esse convite. Então, a divulgação, eu acho que ela, além disso, não é obrigatório, não é mandatório dentro da regra do CONSEMA e da CETESB, a transmissão ao vivo da audiência. O aparato é que nós estamos vendo aqui, inclusive está transmitindo pelo canal do YouTube da Secretaria, é pela Semil canal da Secretaria de Meio Ambiente, justamente pra ampliar o universo e a possibilidade de conhecimento e participação na audiência pública.

A questão, acho que tá, a questão da crise hídrica que eu mencionei esses cuidados de prevenção com impactos recursos hídricos. Muita gente falou sobre isso, com falta de água, melhorias para os bairros. São, às vezes, a gente entende e reconhece a esses problemas, né, mas é muitas vezes são surgem na audiência aspectos ou demandas que elas são do Poder Público local. Elas não podem, não tem como elas recaírem sobre o empreendedor. O empreendedor trabalha dentro da perspectiva da identificação e avaliação dos impactos que ele causa, que o empreendimento causa, né, e ele tem obrigação, por exemplo, de recuperar danos físicos causados na infraestrutura, aqui dos bairros. Então se tá a estrada é deteriorada o pavimento deteriorado por conta da atividade construtiva por conta da operação de um determinado empreendedor é a operação dele é obrigação dele e aí cabe a população e o poder público fiscalizar e exigir junto aos órgãos licenciadores o cumprimento das medidas e programas ambientais que foram acordados no e exigidos pelo órgão ambiental.

Alguém falou, se não me engano, foi a senhora Rosimeire também sobre a questão das famílias, né? Quantas famílias vivem ali naquela região. Foi feito o levantamento, o levantamento com dados do IBGE, foram feitas visitas e levantamento de dados nas unidades básicas de saúde, que é o órgão do estado que tem informações mais atualizadas sobre a saúde e sobre o perfil socioeconômico da população ali naquela região do Boa Vista. Ali mais de 700 famílias, de acordo com os levantamentos que nós fizemos, vivem ali naquela região. Então, sobre a questão dos impactos cumulativos, eventual sinergia entre programas ambientais, tem toda uma possibilidade, uma questão que deve ser mencionada, que é a que tem entidades, ó, só um minuto órgãos diferentes que trabalham, que atuaram e atuam no licenciamento ambiental dos empreendimentos. Então, como já foi colocado, há um outro ator muito importante aqui que atua no licenciamento e atuou no licenciamento ambiental desse projeto que já existe da subestação, que é o Ibama. Então, imagina o movimento de vocês é muito organizado, creio eu com certeza que muitas dessas demandas desses apontamentos já foram também encaminhados é para o Ibama que é o a esfera é competente para o atendimento dos impactos causados por um empreendimento que já existe, não pelo empreendimento que está sendo licenciado agora. Mas de fato sim, o EIA aponta. Olha tem questões que são impactos cumulativas e sinérgicos que vão é que podem ocorrer.

Ah, então, a questão do secretário de Meio Ambiente Municipal mencionou a questão da manifestação da APA do Rio Atibaia. De fato, todas as unidades de

conservação que são afetadas (e são duas, o Francisco tinha mencionado uma terceira que era da Represa, mas essa não está, o traçado não atravessa a da Represa) ele atravessa

de fato, está totalmente situado dentro da água do sistema Cantareira e atravessa ali do Rio Atibaia e logo atravessa a APA do Rio Atibaia. As manifestações dessas dos órgãos gestores pelas unidades. Ela é feita pela CETESB, no caso da APA Atibaia a consulta foi feita, uma consulta, um pedido de manifestação foi feito pela CETESB em agosto do ano passado, tá, em agosto de 2023, mas ainda não foi respondido.

A compensação ambiental, claramente, é uma oportunidade também, é sempre muito nesse tanto da Comunidade das organizações não governamentais e também do próprio poder Público local fazer projetos de recuperação ambiental aproveitando o dispositivo da compensação ambiental pela supressão de vegetação, por exemplo, e muitas das vezes os projetos no licenciamento e na hora de executar os programas, o que falta muitas das vezes é área, né? E a prefeitura aqui, eu acho que já indicou a disponibilidade e a e a o interesse em desenvolver esses projetos inclusive com a disponibilização ou indicação diárias com projetos que serão custeados pelo empreendedor.

Além disso, da compensação pela supressão vegetal propriamente, que se dá basicamente da forma de plantios compensatórios que podem recuperar áreas de preservação permanente áreas sensíveis e de interesse estratégico do ponto de vista ambiental para o município, nós temos também a compensação financeira que é atribuída em razão do grau de impacto do empreendimento. O órgão vai calcular o grau de impacto e vai indicar ali um percentual relativo ao investimento do empreendimento e esse percentual proporcional a esse investimento é pago a título de compensação ambiental disponibilizado e é uma verba que é administrada pelo Estado tá não é administrada pelo empreendedor, é isso agradeço mais uma vez a presença de todos.

Ah, a gente tentou responder logicamente aqui dentro do tempo e é as manifestações por escrito serão enviados poderão ser enviadas dentro do prazo estabelecido por CONSEMA e a equipe o nosso trabalho.

Aqui nós vamos receber todas essas manifestações. Todo esse material vai ser encaminhado para que a equipe consultora e também o empreendedor faça uma resposta oportunamente por escrito, que ela vai para que ela consiste dentro do processo. Obrigado.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada Marlon. Obrigada Marlon. Vamos passar agora para as inscrições. Perdão, vamos passar agora para manifestação da CETESB. E conforme dito pelo Marlon, as contribuições, manifestações, sugestões, críticas poderão ser encaminhadas para o e-mail que se encontra aqui na tela.

- Fernanda Francischini, gerente da divisão de licenciamento de obras hidráulicas e lineares da CETESB

Boa noite a todos. Eu sou a Fernanda Francischini, eu sou da CETESB, gerente da divisão de licenciamento de obras hidráulicas e lineares e para esclarecer um pouco da etapa que nos encontramos agora. O EIA/RIMA apresentado, ele está em análise no departamento de licenciamento com avaliação de impacto e I é essa etapa da audiência pública faz parte da fase de análise da viabilidade do empreendimento e todas as considerações colocadas aqui na audiência, elas são consideradas na análise, né? Não só as perguntas colocadas aqui como as que talvez sejam encaminhadas depois pelo e-mail indicado. Essa fase, ela não autoriza a obra nenhuma é realmente uma etapa preliminar onde a gente vai realmente discutir as possibilidades e as outras questões relacionadas, né? Então é uma vez estabelecida.

E a etapa de avaliação e somente se for analisado como viável empreendimento, será submetido um parecer para plenário ordinária do CONSEMA superior do meio ambiente que vai aprovar ou não, né? Então a gente tem algumas etapas antes ainda da emissão da licença prévia, eh. Somente depois de atendida todas as exigências em outras etapas, a gente entraria na fase para emissão da licença de instalação e para a operação a mesma situação. Somente depois de atendida todas as exigências descritas nas licenças ambientais.

E um pouco sobre os questionamentos, né? Foi questionada a questão de responsabilidade pela análise dos impactos e também pelas respectivas medidas mitigadoras do empreendimento é a CETESB ela valia aquelas relacionadas aos empreendimentos licenciados no Estado. Então tudo que é relacionado ao nosso empreendimento a gente acaba incluindo no licenciamento ambiental nessa fase de viabilidade ambiental que a gente está passando agora. O processo ele ainda tá na fase de análise, como eu disse e, caso seja constatado alguma insuficiência de dados no EIA, será exigido ao empreendedor que eles apresentem informações complementares eh e só depois disso continua a análise, né? Então como estamos avaliando o processo ainda caso a gente sinta a falta de alguma informação como dados primários e secundárias, como foi colocado a gente faz essa solicitação ao interessado, tá? E até

Já respondido a gente não emitir nenhuma documentação. Eh foi falado um pouco da questão das unidades de conservação, né? O próprio empreendedor já esclareceu, nós encaminhamos isso é praxe, tá prevista em legislação, a gente tem que solicitar a manifestação das unidades de conservação afetada incluindo a APA do Rio Atibaia. Eh foi encaminhada essas solicitações é a em específica do Rio Atibaia. Por enquanto ainda não recebemos é o retorno, mas assim que chegar as contribuições qualquer solicitação. Isso vai ser considerado no licenciamento ambiental é para a tomada de decisão ou até para algum direcionamento de exigência técnica, caso é um empreendimento é seja considerado viável.

E sobre a compensação florestal, a gente segue uma legislação específica, mas essa discussão, apesar de a gente já avaliar as possibilidades e toda a questão de vegetação, ela se refere a uma etapa um pouco mais para frente, caso o empreendimento seja considerado viável e na fase de licença de instalação, né? Mas é a discussão sobre privilegiar a bacia hidrográfica, a questão regional ela é sim considerada, mas a gente tem legislação específica quando a gente define as áreas ali de restauração ou de conservação ou de alguma outra área. O processo, ele é aberto ao público, né? Qualquer um pode dar vistas e agora a gente tem a facilidade que o processo, acho que ele estava. Depois o pessoal poder colocar né? Ou o endereço é, brigado...

O processo é público e qualquer um pode solicitar vistas, né, para verificar todas as etapas, inclusive ofícios dessas manifestações que solicitamos aos órgãos, os pedidos de complementação que a gente possa ver e solicitar, né? Então essa questão de dados, essa questão de dados a mais que a gente possa pedir, tudo isso vai estar disponível no processo e qualquer pessoa pode fazer a solicitação. A gente tem um caminho específico para solicitar vistas. É assim que o pessoal puder colocar o e-mail, de qualquer forma, vai ficar aqui disponível. Tem um e-mail que é o IDAD. "I" de igreja, "D" de dado, "A" de amor. Acho que o pessoal vai conseguir abrir "D" dado de novo, idad_cetesb@sp.gov.br. Qualquer dúvida sobre, vai deixar qualquer dúvida sobre a questão de como dar vistas ou situação que precise ser esclarecida sobre o processo pode entrar em contato com esse e-mail para a questão de vistas e também tem o e-mail do setor que faz a análise do processo que é ilol_cetesb@sp.gov.br.

Estão ali disponíveis também na tela.

Acho que é isso, agradeço a contribuição de todos. Como eu disse é uma etapa muito importante e todas as contribuições serão consideradas. Inclusive fazem parte depois do anexo do processo, né? Então a transcrição, isso tudo depois acaba fazendo parte do processo e é isso. eu gostaria de agradecer a presença de todos.

- Roberta Paff, secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente

Obrigada, Fernanda então partindo para o final, tá eu agradeço a presença de todos pela contribuição pelas considerações, manifestações, todo o pleito trazido perante essa audiência. Dou assim, por encerrada, a presente audiência. Muito obrigado e boa noite a todos.